

Salvador, 16 de abril de 2018

OFÍCIO SUBSEC n<sup>59</sup>/2018

Ao Exmo. Sr.

**Gildásio Pendedo**

Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

Tribunal de Contas do Estado da Bahia

Nesta.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-as, vimos, por meio deste apresentar resposta aos itens constantes do Relatório de Auditoria da Gerência 7<sup>a</sup>, sobre Auditoria Operacional realizada com o objetivo de identificar em que medida os elementos do PPA 2016-2019 contribuem para implementação das metas e Estratégias definidas no PEE 2016-2026 e em que medida as metas e estratégias definidas no PEE 2016-2026, contempladas no PPA foram consideradas como prioridades para os exercícios de 2016 e 2017. A respeito, apresenta-se algumas considerações aos achados considerados relevantes pela Auditoria e informa-se o que segue:

## **2.1. Compatibilidade entre PEE 2016-2026 e PPA 2016-2019**

### **2.1.1. Ausência de vinculação entre as Estratégias do PEE 2016-2026 ao PPA 2016-2019**

### **2.1.3. Deficiência dos elementos (metas/iniciativas) do Programa Educar para Transformar –relacionado à implantação de metas do PEE 2016-2026**

Como já explicitado oportunamente (Of. SUBSEC 64/2017), o Plano Estadual de Educação - PEE, aprovado pela Lei nº 13.559, de 11 de maio de 2016, cinco meses após a publicação do PPA 2016-2019. Entretanto o alinhamento entre ambos os planos foi assegurado, pelo fato de ambos terem sido elaborados em consonância com os princípios programáticos enumerados no art. 206 da Constituição Federal e em articulação com o disposto no Plano Nacional de Educação - PNE, observando, entre outras, a necessária contextualização das metas às realidades econômicas, sociais e culturais do Estado da Bahia, as responsabilidades compartilhadas e a colaboração que deve haver entre federativos.

A elaboração do Plano Estadual ocorreu de forma cooperativa com o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE, juntamente com o Fórum Estadual de Educação que, no processo de escuta institucional, atuou com especialistas, técnicos de Governo, movimentos sociais, entidades científicas,

organismos sindicais, docentes da educação básica e da educação superior, estudantes e instituições de ensino, dentre outros.

Em cada etapa houve intensa participação de órgãos de governo, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, de cidadãos e de organizações da sociedade civil, entre outros atores sociais. Este processo, agregou importantes contribuições de conteúdo e de temas ao instrumento que estabelece um conjunto de diretrizes, metas e estratégias para implementação da política educacional no Estado da Bahia.

O PEE 2016-2026 traz 9 diretrizes, 20 metas e 246 estratégias específicas a serem executadas, conforme o caso, pela Administração Direta e Indireta do Estado da Bahia, as Administrações Municipais dos 417 Municípios baianos, o Conselho Estadual de Educação e os estabelecimentos de ensino privados.

Cumpre informar que, na educação básica, há uma repartição legal de competências entre os entes federados. Os Municípios são responsáveis pela oferta da Educação Infantil (0 – 5 anos) e de Ensino Fundamental (6 – 14 anos). Os Estados são responsáveis pela oferta de Ensino Médio (15 – 17 anos) e, quando necessário, atuam no ensino fundamental. A União é responsável pelo ensino superior formular as normas, assistência técnica e financeira para os demais entes federados. Não obstante, a competência da União, também os Estados podem executar o ensino superior.

O PEE, diferente dos modelos de planos estratégicos ou de planos de ação conhecidos, possui características híbridas de planos de longa, média e curta duração, contendo textos com diferentes perspectivas e alcances, bem como diferentes graus de mensuração, seja nas metas ou nas estratégias que os estruturam. Nota-se, também uma certa desarticulação temática na disposição destas metas e estratégias que dificultam a relações de causa e efeito, como se comenta melhor no ponto 2.2 deste Ofício.

Em diversos momentos, também o TCE tem apontado que o PEE possui, em muitas de suas metas e estratégias carência da objetividade adequada quanto à estrutura e forma dificultando as melhores condições para sua implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação. Não obstante, este respeitável órgão de Controle Externo reclama da compatibilidade linear entre as Estratégias do PEE e as Iniciativas do PPA 2016-2019 como se fosse esta uma medida imprescindível à adequada execução do PEE, explicitando que das Iniciativas do PPA derivam as ações orçamentárias das Leis Anuais (LOAs).

Verifica-se que a mesma cobrança ocorre no âmbito das metas do PEE. Estas são elementos de maior dimensão e neste sentido têm melhor comparabilidade com a dimensão dos Compromissos dos Objetivos do PPA 2016-2019. As impropriedades apontadas na estrutura do PEE, não afastam a compreensão de que as metas contém as estratégias e estas últimas devem se constituir em premissas orientadoras para o alcance das metas. Mas não é possível tomar as estratégias individualizadas como se iniciativas

ou ações fossem. Isto porque parte significativa das redações das estratégias das metas do PEE estão redigidas de forma complexa (altamente dependentes de interpretação do que se deseja dizer) e muitas com elevado grau de subjetividade, o que não possibilita o entendimento objetivo, sobre o desenvolvimento das ações e cumprimento das metas, dificultando as correspondências destas com as ações orçamentárias.

Nota-se, entretanto, justamente pelo fato de que ambos os documentos se basearem em problemas e fatos reais, que os compromissos e iniciativas do PPA 2016-2019 correspondem, em grande medida, às Metas estabelecidas no PEE 2016-2026. E mesmo que não guardem identidade linear como reclama a Auditoria, é necessário frisar que as ações do Programa Educar Para Transformar, além de partirem de problemas reais e comuns, visam atender as mesmas diretrizes e metas da legislação vigente, assim como o PNE e o PEE. O Relatório de Auditoria confirma a consonância entre o PPA 2016-2019 e o PEE, uma vez que apontou que em 12 dos 15 Compromissos existentes no Programa Educar para Transformar aderência ao PEE.

Em 2017, conforme dados do FIPLAN e informações dos setores da SEC, no âmbito da administração direta e indireta, realizou a execução orçamentária de 10 Compromissos vinculados ao Programa Educar para Transformar do PPA 2016-2019 voltados ao desenvolvimento de ações para o atendimento de 17 metas e 107 estratégias do PEE, das quais 91 com recursos oriundos de 53 ações orçamentárias da LOA 2017, vide quadro 1 em anexo. As demais estratégias foram atendidas por meio de ações que não necessitam de dotação orçamentária específica, a exemplo de ações de assessoria técnico-pedagógica às unidades escolares da rede ou produção interna de estudos e diagnósticos executados com pessoal próprio.

Em face destas ações, verifica-se o esforço do governo estadual visando o atendimento de 43% das estratégias propostas pelo PEE, no ano de 2017, por meio de programas, projetos e ações citadas acima, não obstante ao fato deste plano ser decenal e em 2017 encontrar-se no seu segundo ano de vigência.

Observando os comentários supra, apesar da importância de promover ajustes ao PPA 2016-2019, a SEC entende que, a implementação do PEE em sua totalidade requer exercício de reordenamento das suas metas e estratégias, bem como detalhamento das estratégias em ações necessárias ao cumprimento destas metas em planos de ação específicos. Deste modo, podem ser ampliadas as possibilidades de atender, em cada etapa e nível de ensino, as expectativas materializadas nas estratégias. Por sua vez, considerando que há limitações ao processo de revisão do PPA 2016-2019, será possível alcançar melhores articulações do PEE com as peças de planejamento a partir da construção do PPA subsequente.

Em relação a meta 20, a Auditoria afirma que o cumprimento desta é questão crucial para que se viabilize o atendimento das demais metas do plano, assim como recomenda a revisão da disponibilidade orçamentária associadas à implementação das mesmas.

Importante considerar que o financiamento da educação está atrelado ao recolhimento de tributos, que em contexto de crise econômica torna-se rarefeito. O Estado da Bahia, apesar de possuir a 4<sup>a</sup> maior população do país, é o 20º em arrecadação tributária haja vista a baixa propensão marginal a tributar dos baianos dado seu nível de renda per capita dentre os menores do país.

A despeito disso, o Governo do Estado da Bahia cumpriu, em 2016, a obrigação constitucional ao aplicar 26,06% (R\$ 6,57 bilhões) do total da Receita Líquida sobre os impostos e transferências constitucionais nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior. Em 2017, aumentou este percentual aplicando 26,76% ou seja, R\$6,97 bilhões na educação.

Os recursos oriundos do FUNDEB ampliaram-se em 0,9% entre 2016 e 2017, partindo de R\$ 2,96 bilhões para R\$ 2,99 bilhões – todavia, a complementação da União para o fundo teve queda de -9,8%; uma vez que esse fundo foi complementado em R\$ 855 milhões em 2016 e R\$ 771 milhões em 2017.

Deste modo, não obstante o quadro restritivo no que tange a arrecadação tributária, o Governo da Bahia, por meio da Secretaria de Educação, vem realizando aumentos progressivos no aporte de recursos para o setor, e se comprometendo com melhorias na remuneração dos docentes e coordenadores pedagógicos da educação básica associadas à formação continuada desses profissionais.

Apesar do progressivo esforço do Governo do Estado da Bahia para ampliar os investimentos em educação, as escolhas do atual Governo Federal, materializadas, entre outros na profunda reforma no ensino médio, EC 95/2016, que congela os gastos para as áreas sociais, as altas somas em anistias de débitos empresariais e outras medidas que possibilitaram o agravamento da crise econômica no país indicam cenário pessimista sobre a execução de programas e projetos decorrentes de cooperação com a União.

À sua análise quantitativa o Relatório destaca críticas qualitativas às redações das metas e iniciativas do PPA, arguindo, em face destas, que, em síntese, estas metas dificultam a implementação do PEE, o monitoramento e a avaliação desta execução.

A respeito, a Secretaria da Educação compromete-se a articular ações com a SEPLAN para realizar ajustes nas metas e iniciativas do Programa Educar para Transformar na perspectiva de torná-las ainda mais aderentes às metas do PEE, com redações mais claras, objetivas, com indicação das etapas de ensino às quais se dirigem e, sempre que possível, territorializadas e com indicação do público destinatário, considerando as determinações legais e metodológicas aplicáveis ao processo de revisão do PPA 2016-2019 em 2018.

Apesar de reconhecer a importância de melhor ajustar as redações das metas e iniciativas do PPA 2016-2026, a Secretaria da Educação diverge da interpretação do TCE que reduz à implementação do PPA a execução do PEE. Ressalta que tem implementado e

concretizado diversas ações estruturadas que corroboram para o cumprimento das metas do PEE, seja em face da execução direta de ações orçamentárias (vinculadas às iniciativas do PPA) com recursos do Estado ou, em colaboração e cooperação com outros entes federados, com base em recursos decorrentes de transferências voluntárias da União ou por parcerias institucionais, mediante a execução de programas, projetos e convênios (ou similares). Ou ainda, por ação de seus servidores e integrantes da carreira de magistério em projetos de assessoramento técnico e ações pedagógicas.

Além destas, no início de 2017 elaborou, com base no PEE e no PPA, Mapa Estratégico para Gestão para os exercícios 2017/2018, contendo 29 objetivos estratégicos que se desdobram em projetos.

### **2.1.2. Inadequação dos indicadores do PPA 2016-2019 (Programa Educar para Transformar) para mensuração de desempenho das metas do PEE 2016-2026**

A Auditoria atesta em seu Relatório que o PEE não possui indicadores de desempenho associados às suas metas ou estratégias. Como já observado supra o PEE 2016-2026 foi publicado cinco meses após o PPA 2016-2019 e, destaque-se, menos de um mês antes da posse do atual Titular da Secretaria da Educação (06/06/2016).

Nos seis meses de 2016 e em 2017, a Secretaria de Educação, por determinação do seu Titular adotou diversas medidas para implementação do PEE 2016-2026, bem como para o seu monitoramento, a exemplo:

- Criação do Comitê de Gestão Estratégica – CTGE da Secretaria da Educação, por meio da Portaria nº2709 de 20 de abril de 2017. Este comitê tem como uma de suas finalidades promover o monitoramento e a avaliação periódicos dos compromissos educacionais do Estado da Bahia consignados no Plano Plurianual e nos Planos Nacional e Estadual de Educação.
- Criação do Comitê Técnico de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Informações Educacionais, por meio da Portaria nº 4761 de 07 de julho de 2017, com vistas à propiciar a articulação das unidades administrativas da Secretaria da Educação nas ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação periódicos dos compromissos educacionais consignados no Plano Nacional e Estadual de Educação e no Plano Plurianual, bem como nos projetos definidos como prioritários pelo Secretário e as rotinas da Secretaria de Educação.
- Constituição da equipe técnica de Monitoramento do Plano Estadual de Educação. Após tais passos, iniciou-se à segunda etapa do monitoramento, com o Estudo do Plano Estadual de Educação conforme detalhamento a seguir:
  - Realização de estudo comparativo das vinte metas do PNE com as do PEE, observando seus prazos e percentuais de atendimento, mediante a construção de um Quadro de Consonância das Metas.
  - Comparação das metas do PEE com Compromissos, metas e iniciativas do PPA 2016-2019.

- Comparação das metas e estratégias do PEE com áreas prioritárias do Programa Educar para Transformar e ações orçamentárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017.
- Comparação das metas e estratégias do PEE com as ações orçamentárias do Programa Educar para Transformar na LOA 2017.

Não resta dúvida, pois do esforço da SEC em conciliar medidas para fortalecer o elo entre o PPA e o PEE. E o que apontou à época dos Ofícios SUBSEC 63/2017 e 64/2017 foi que, enquanto não houvesse a conclusão dos estudos sobre indicadores aplicáveis ao PEE, seriam utilizados os indicadores do PPA 2016-2019 para avaliar o desempenho das metas do PEE associadas aos seus compromissos/metas.

Assim, não se pode falar *em inadequação dos indicadores do PPA 2016-2019 (Programa Educar para Transformar) para mensuração de desempenho das metas do PEE 2016-2026*, porque, tal mensuração se revelou circunstancialmente como a única possível e, sem dúvida, a mais adequada.

É importante informar que os indicadores do programa Educar para Transformar passaram por processo de revisão em fins do ano de 2017, pela SEPLAN<sup>1</sup>, na qual foram incluídos cinco indicadores referentes à pós-graduação *strictu* e *lato sensu*, graduação, ensino fundamental, ensino médio de modo a aumentar sua adequação aos objetivos propostos pelo plano, conforme quadro abaixo. Entretanto, deve-se ressaltar a impossibilidade de mudanças intempestivas nos indicadores do PPA, uma vez pode comprometer a aferição dos resultados alcançados pelo programa ao fim do período proposto por este instrumento de planejamento.

<b>Indicador do Programa Educar para Transformar</b>	<b>Meta do PEE vinculada</b>
Nº de bolsas institucionais de iniciação científica, tecnológica e de inovação concedidas pelas universidades estaduais	Meta 12
Nº de cursos de graduação presencial regular ofertados pelas universidades estaduais	Meta 12
Nº de matrículas de EMITEC na rede estadual	Meta 3, Meta 8
Nº de matrículas em cursos de graduação presencial	Meta 12
Nº de matrículas na educação profissional da rede estadual	Meta 3, Meta 8, Meta 10, Meta 11
Nº de matrículas em cursos de pós-graduação presencial nas modalidades Lato Sensu ofertadas pelas universidades estaduais	Meta 14
Nº de matrículas em cursos de pós-graduação presencial nas modalidades Strictu Sensu ofertadas pelas universidades estaduais	Meta 14
Nº de vagas do projeto Universidade para Todos para atendimento de estudantes da rede pública estadual	Meta 3, Meta 8, Meta 12
Proporção de unidades escolares estaduais com Sistema de Bibliotecas Escolares implantados	Meta 7

<sup>1</sup> Portaria de instituição do GT-IPGE (anexo); Painel de Indicadores de Programa Revisados(anexo); Relatório da Revisão de Indicadores 2018 (site Seplan)

Taxa de Aprovação no ensino fundamental dos anos finais da rede estadual de educação	Meta 2, Meta 7
Taxa de Aprovação no ensino médio da rede estadual de educação	Meta 3, Meta 7
Nº de matrículas em cursos de graduação EAD de oferta regular e especial	Meta 12

Fonte: PPA 2016-2019 Educar para Transformar revisado.

Destaca-se que, em face das medidas ressaltadas a SEC concluiu o Relatório de Monitoramento das metas e estratégias do PEE, a partir da ação articulada entre as <sup>2</sup>sus unidades administrativas e assessorias próprias, assim como com a colaboração de componentes do FEE e do CEE. Este Relatório será disponibilizado no início de maio/2018 a este E. Tribunal, quando concluído o seu processo de validação interna e, posteriormente, na Comissão de que trata o art. 4º da Lei do PEE. No processo de elaboração deste documento foram realizados:

- Levantamento dos indicadores das metas do PEE, tomando como referência indicadores oficiais, em bases a serem atualizadas e observadas ao longo do processo de acompanhamento do PEE. Para tanto, contou-se com as contribuições da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI/SEPLAN e da Diretoria de Informações Estatísticas – DIE/SGinf/SEC.
- Levantamento e consulta aos setores responsáveis, no âmbito da SEC, pela execução de cada uma das metas e estratégias do PEE, com identificação de ações realizadas para consecução das mesmas. Para tanto, foram realizadas diversas reuniões com as coordenações e superintendências.

Os indicadores educacionais, que já podem ser utilizados como linha de base para o monitoramento da execução das metas, serão objeto de mais estudos e aperfeiçoamento em processo de trabalho articulado entre SEC, SEPLAN e SEI. As principais fontes de dados são o INEP e o IBGE. Foram utilizados também, os dados de sistemas informacionais de educação da SEC/BA, de modo a contemplar as especificidades das metas estaduais. Tais indicadores foram informados ao referido órgão de Controle Externo no momento da Prestação de Contas desta secretaria em anexo específico para este fim.

Necessário se faz realizar uma ressalva sobre alguns indicadores que tem como fonte de coleta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cujos últimos resultados são de 2015. A referida pesquisa foi descontinuada pelo IBGE e substituída pela PNAD Contínua. Com a publicação da metodologia para anualizar os índices quadrimestrais da PNAD Contínua em dezembro de 2017, foi possível a atualização de alguns indicadores para o ano de 2016, a exemplo das taxas de escolarização líquida no ensino fundamental

<sup>2</sup> Art. 4º - A execução do PEE-BA, o alcance de suas diretrizes e a eficácia de suas metas e estratégias serão objeto de processo de monitoramento contínuo e avaliações periódicas, realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria da Educação - SEC, que o coordenará;  
 II - Comissão de Educação da Assembleia Legislativa;  
 III - Conselho Estadual de Educação - CEE;  
 IV - Fórum Estadual de Educação da Bahia - FEE-BA.

e médio. Todavia, existem outros indicadores com dados oriundos da PNAD que ainda não foram calculados, a exemplo da taxa de escolarização líquida na pré-escola e taxa de escolarização líquida na creche. Diante dessa situação, está em estudo a construção de indicadores similares aos que foram descontinuados, em parceria com SEPLAN e SEI. Com isso, reconhece-se que as reflexões apresentadas, no Relatório de Monitoramento comentado, sobre esses indicadores têm intrínsecas limitações, no tocante a atualidade dos dados. Todavia, entendemos que a manutenção da estabilidade do indicador é relevante no contexto histórico em que o mesmo vem sendo empregado.

No caso das informações provenientes do Censo da Educação Básica e do Sistema de Gestão Escolar – SGE são apresentados no citado documento resultados atualizados do ano de 2017.

O Relatório de Monitoramento apresenta as ações, no ano de 2017, que contribuem para a consecução das estratégias e metas consignadas no PEE. Para cada estratégia, buscou-se identificar o Compromisso do PPA 2016-2019 concernente, bem como indicar a dotação orçamentária da Lei Orçamentária Anual – LOA 2017 prevista, constatando-se a correspondência entre estas com as estratégias estabelecidas pelo plano.

O Relatório de Monitoramento apresenta, ainda, análise comparativa das metas do PNE com as do PEE, indicando ora consonância, ora diferenças entre as mesmas no que tange aos seus objetivos gerais, taxas estipuladas e aspecto temporal.

## **2.2 Prioridades da Administração Estadual para os exercícios 2016 e 2017 nas LDO à luz do PEE 2016-2026**

### **2.2.2. Baixa definição, como prioridade da Administração Pública, das iniciativas do PPA 2016-2019 vinculadas às metas do PEE 2016-2026**

A Auditoria comenta, às fls. 28 e 29 que houve inconsistência entre o que foi apontado pela Secretaria no Ofício SUBSEC 64/2017, sobre vinculação entre elementos do PPA (iniciativas e compromissos) e as prioridades da LDO 2016 e 2017. A SEC não verificou a inconsistência apontada.

Na oportunidade de elaboração do Of. SUSEC 64/2017 a SEC preencheu as tabelas enviadas pela Auditoria que continham os seguintes campos:

Tabela 1 – Prioridades LDO, ação orçamentária com indicativo de prioridade (LOA), iniciativa PPA e compromissos PPA

Tabela 2 – Prioridades LDO e Metas PEE

Sobre as tabelas solicitadas, Auditoria conclui que de *13 metas vinculadas do PEE vinculadas às prioridades de 2016, 8 metas do PEE não apresentaram elementos do PPA (...) vinculadas a ações com indicativos de prioridade e 2017, das 19 metas associadas à LDO uma meta não apresentou elemento do PPA vinculada a ações com indicativos de prioridade.*

Ao realizar o mesmo exercício que Auditoria executou posteriormente, a SEC concluiu que houve ações orçamentárias com indicativo de prioridades para as 13 metas do PEE vinculadas às prioridades consignadas na LDO de 2016 e o mesmo ocorreu com as 19 metas do PEE vinculadas às prioridades da LDO de 2017, conforme se pode constatar das tabelas anexas. Por sua vez as prioridades *fortalecimento da integração família escola na educação básica e infraestrutura da rede de ensino* são prioridades que repercutem de forma transversal no cumprimento de todas as metas associadas à educação básica, porque estão associadas a processos pedagógicos e às condições materiais para o funcionamento das escolas. Este aspecto não foi considerado pela Auditoria.

Assim, diferente do que concluiu a Auditoria, houve aderência e atendimento de número significativo das Metas do PEE na indicação das prioridades para as LDO 2016 e 2017.

A respeito, a SEC ressalta que a percepção não alcançada pela Auditoria, como apontado acima, pode ter ocorrido em face da metodologia adotada. Em todo o relatório se observa a ênfase à análise comparativa de elementos entre os planos, buscando associação linear entre estes e cálculos quantitativos sobre aderências ou sobre o seu cumprimento. Embora tenha cumprido o exercício proposto pela Auditoria, como já apontado, a SEC diverge da comparação direta entre metas do PEE e metas do PPA e entre estratégias do PEE e iniciativas do PPA, porque em ambos os casos não se levou em consideração que os planos tiveram metodologias diferentes de elaboração e não se deve comparar elementos de diferentes dimensões.

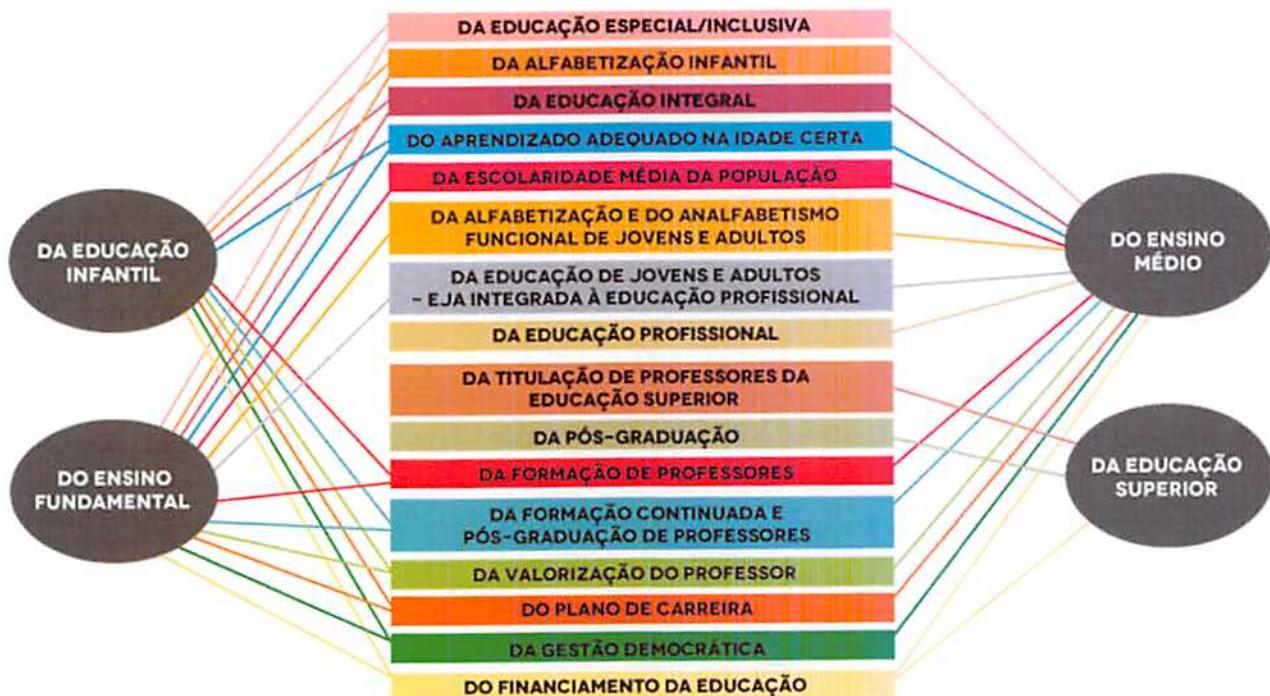
No caso das metas do PEE, a SEC entende que a comparação plausível é com a dimensão dos compromissos. Quanto às estratégias, a dificuldade de associação direta linear com as iniciativas do PPA é muito maior. Isto porque as estratégias, dentro de uma mesma meta, possuem diferentes dimensões, características e graus de mensuração, transversalidade de incidência e mesmo de expectativas consignadas em textos com alto grau de subjetividade.

Em face destas peculiaridades do PEE, que reportamos ao seu rico e democrático processo participativo, é necessário que os responsáveis por sua execução – entes federados e instituições – assim como os Órgãos de Controle amadureçam as perspectivas e as metodologias de análise de modo a considerar a estruturação da Política Educacional explicitada na CF/88, na LDB, nas Resoluções do CNE, nas Portarias do MEC e nos normativos delas decorrentes, segundo a qual, em um apontamento exemplificativo e sintético, aos entes federados são atribuídas competências comuns e específicas, bem como diretrizes para organização e execução desta política e que a cada um compete preponderantemente a responsabilidade sobre cada etapa de ensino e que a estas etapas são associadas modalidades e formas de oferta.

Na estruturação do PEE as diretrizes, metas e estratégias visam assegurar ao público que especifica e em todas as etapas as condições de acesso, permanência, continuidade para

o êxito escolar, em uma educação contextualizada e de qualidade a ser concluída na idade certa. E, neste sentido, que seja elevado gradativamente o nível de escolaridade da população baiana.

Tomando como base, apenas o recorte exemplificativo supra, é possível estabelecer diversas relações de causa e efeito entre metas, bem como entre as suas estratégias constitutivas (vide desenho abaixo). E este simples exercício colabora para organizar melhor a ação dos responsáveis pelo cumprimento do PEE, com possibilidade de maior articulação de esforços, atuação mais ordenada e melhor planejada, com tendência de maiores ganhos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Muitos outros exercícios qualitativos podem ser realizados para melhor execução do PEE por cada um dos responsáveis considerando as suas competências e peculiaridades.



### 2.2.1. Ausência de sistemática formalizada que estipule critérios técnicos para a definição das prioridades da Administração Pública nas LDOs

A Auditoria apontou críticas à suposta carência de critérios técnicos e ao fato da discriminação de prioridades se basear nos recursos anuais disponíveis, no acompanhamento e monitoramento que a SEPLAN realiza das execuções orçamentárias anuais junto à Secretaria de Educação.

A Secretaria da Educação informa que os critérios técnicos foram tratados na estruturação dos elementos do PPA, que consideraram o PNE, diagnósticos e cenários, mas, em que pese a importância de reavaliá-los sistematicamente a cada ano na definição da LDO, a perspectiva de arrecadação, a disponibilidade de recurso e a capacidade de execução das unidades, entre outros que podem ser aplicados, são igualmente critérios técnicos e de relevo para definição das prioridades pelo Chefe do Executivo.

A SEC entende que o aprimoramento da utilização de critérios para definição de prioridades anuais pode contribuir muito para a realização das melhores escolhas no processo decisório do Chefe do Executivo. Assim, encaminhará para SEPLAN, para posterior deliberação junto com a Casa Civil e o Governador, indicativos de prioridades para LDO 2019 buscando a descrição de diretrizes que permitam melhores condições para implementação do PEE.

Em reuniões com a SEPLAN, obteve-se informações de que aquela Secretaria está finalizando orientações e procedimentos às setoriais para melhor realizar a construção anual da LDO com a participação das setoriais.

### **2.2.3. Baixa execução das ações orçamentárias com indicativo de prioridade vinculadas ao PEE 2016-2026**

A Auditoria informa, neste ponto, que houve baixa execução das iniciativas do PPA, tomadas como prioridades nas LDO 2016 e 2017, vinculadas às Metas do PEE e que este fato, na sua interpretação, denota “*baixa observância às diretrizes, metas e estratégias do PEE na execução das prioridades da Administração Pública, tendo como efeito o potencial risco de não alcance das metas do Plano*”

Sobre as vinte e quatro ações apontadas na Tabela 5, fls. 31 e 32, a SEC esclarece que não pode informar acerca da execução das nove ações relativas às Universidades Estaduais, autarquias integrantes da Administração Indireta com autonomia administrativa e financeira, que embora vinculadas à SEC à ela não se subordinam.

A respeito das demais, a SEC esclarece, a partir do Relatório de Prestações de Contas da SEC 2017 (com dados até 31/12/2017), que as ações:

- a) **6992, 3906 e 3904 - Programa TOPA** – O TOPA é um Programa do Governo Estadual, que visa assegurar a alfabetização das pessoas que não puderam concluir os estudos na idade correta. É executado, em regime de colaboração com o Governo Federal. Em 2017, em face dos impactos da EC 95/2016, da mudança de prioridades do Governo Federal e da crise econômica agudizada por estas escolhas, houve redução da previsão de atendimento de 100 mil alfabetizandos para 15 mil, o que ocasionou uma baixa execução físico-financeira das ações do programa, quando comparado ao valor inicialmente planejado e orçado.

Do total orçado de R\$ 22,4 milhões para 2017, R\$ 17,2 milhões são decorrentes da fonte de recursos 122, cuja execução foi comprometida em face da ausência do repasse financeiro pelo FNDE à Secretaria da Educação para custear as despesas específicas do Programa TOPA.

Para atenuar os efeitos deste impacto, a SEC providenciou junto à SEPLAN, com autorização do Governador, abertura de crédito suplementar da ordem de R\$ 775,3 mil (fonte 322), com vistas a possibilitar a execução do programa.

#### **2961 e 7818 - Gestão participativa nas unidades escolares -**

2961- Consolidação da Gestão Participativa das unidades Escolares- O relatório do FIPLAN gerencial , posição em 31/12/2017 , a ação apresenta orçamento atual de R\$ 294.958,87 com execução de 293.958,37 ou seja 99,66%.

7818- Promoção de Prática de Avaliação de Gestor e Diretor Escolar - O relatório do FIPLAN gerencial , posição em 31/12/2017 , a ação apresenta orçamento atual de R\$ 11.554,25 com execução de 11.554,25 ou seja 100%

**2974 e 2984 - Alimentação e ao transporte escolar –** Em relação ao cumprimento da Lei nº 11.947/2009, no triênio 2015-2017 foram alocados recursos na ordem de R\$ 39.507.636,43 para compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar da rede estadual de educação. Em 2017, por exigência do FNDE, foi implementada nova metodologia de aquisição através da Chamada Pública no valor de R\$ 16 milhões que se deu em todo o período de 2017. A habilitação ocorreu em fevereiro/2017, quando do total de 108 inscritos, 95 apresentaram documentação de acordo com o solicitado no edital. Após esta fase, realizou-se a análise das propostas, que consistia em cruzar informações das unidades escolares (1320) com as enviadas pelas cooperativas e/ou grupos formais e individuais (1420).

A operacionalização deste edital, trouxe muitos problemas e, em especial, por se tratar de um mecanismo novo para esta Secretaria. Na oportunidade, foi solicitado à PGE orientação para que as unidades escolares adquirissem produtos da agricultura familiar, daqueles já habilitados, por 90 dias, tempo em que um novo sistema seria implantado e assim buscar maior agilidade na análise das propostas. Desta fase, ficaram 85 cooperativas e então seguiu-se para análise das amostras. Uma nova etapa exigida pelo edital, que consistia em analisar produtos quer seja, na sua embalagem, qualidade, especificações técnicas. Uma nova comissão foi formada e após 3 meses dos trabalhos iniciados, o resultado foi publicado em 23 de dezembro de 2017. Desta forma, a ação só poderá ser executada em 2018.

2984 – No que tange ao Transporte Escolar no Município, foram investidos R\$ 59,5 milhões (liquidados), proveniente das fontes de recursos 328, 100, 114, 113 e 108.

No orçamento de 2017, foi inserido R\$ 12,5 milhões oriundos da operação de crédito do Banco do Brasil, que foi liberado apenas em dezembro/2017, não havendo tempo hábil para executar.

---

#### **2698, 5134 e 4874 - Educação Profissional:**

2698 – Educação profissional concomitante e subsequente ao ensino médio - Conforme relatório extraído do FIPLAN Gerencial, do Total Orçado Atual (posição em 31/12/2017) R\$ 21.411.167,04, a fonte 122-FNDE – PRONATEC participou com o montante de R\$ 10.000.000,00, cuja execução não foi efetivada em consequência da não liberação dos recursos pelo agente financiador. Quanto a fonte 322, no valor de R\$ 11.408.000,00, a execução foi iniciada em outubro de 2017, período determinado para início das aulas, pelo MEC/FNDE. Assim, verifica-se que a execução no valor de R\$ 3.936.665,14 ocorreu de forma proporcional ao período.

Em relação a PAOE 4874 que se refere a gestão da oferta regular de educação profissional integrada e articulada à EJA, verifica-se esta modalidade está sendo executada por meio do PAOE 4454, que corresponde ao funcionamento da rede estadual de educação profissional com repasses para o custeio pedagógico dos cursos as unidades escolares.

A PAOE 2698 se refere a execução do programa PRONATEC/ MEDIOTEC.A oferta do PRONATEC/ MEDIOTEC iniciou-se apenas em outubro de 2017 em decorrência do longo período de pactuação dos cursos com o MEC

5134 - Aparelhamento de unidade de educação profissional - A baixa execução física do PAOE 5134, deve-se ao fato da reformulação das ações do plano de trabalho de convênio 658378/09, que se encontra em tramitação no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/Ministério da Educação - MEC, o que impossibilitou sua implementação em 2017;

**7528 e 7527 - Construção e melhoria da estrutura física da unidade escolar da educação básica.** No que tange aos recursos do Tesouro Estadual, do montante de R\$ 5.948.879,60, dado extraído do relatório do FIPLAN Gerencial - Total Orçado Atual (posição em 31/12/2017), foi executado o percentual de 99,4%.

Verifica-se que o maior volume de recursos desta ação teve origem na operação de crédito interno firmada entre o Estado da Bahia e o Banco do Brasil, fonte 121, no valor de R\$ 44.945.608,94, o qual foi alocado ao orçamento de 2017 por exigência contratual do órgão financiador, contudo a execução não pôde ser realizada em razão não liberação dos recursos.

Quanto a fonte 331, mesmo considerando as intercorrências na execução das obras, foi atingido o percentual de 60,86% de execução.

No que se refere a recursos oriundos de Convênio e Termos de Compromissos firmados com o FNDE – Fonte 131, no montante de R\$ 1.244.727,00 a inexecução deu-se em face ao atraso na liberação dos recursos federais.

Não obstante, às questões externas que impactaram na ação da SEC, bem como as dificuldades operacionais da Administração Estadual e da própria SEC, há que se ressaltar, como já comentado, que das 20 metas do PEE a SEC empreendeu esforços e implementou ações que marcaram o início da execução de todas as metas do PEE sob sua responsabilidade.

Em que pese o espelhamento do PEE no PPA, já demonstrado, a SEC reconhece que há possibilidade de melhores alinhamentos na próxima LDO para 2019, no próximo processo de revisão e nos PPAs futuros, de modo a criar melhores condições para execução progressiva do PEE em atendimento à população baiana.

Nesta oportunidade, informamos que a Secretaria da Educação está empenhada nas ações ora descritas e que, oportunamente, encaminhará novas informações para este Tribunal de Contas do Estado. Caso sejam necessários outros esclarecimentos, colocamo-nos, desde já à disposição,

Cordialmente,



**Nildom Pitombo**

Subsecretário da Secretaria da Educação

TCE - PROTOCOLO GERAL	
RECEBIDO	EM <u>16/09/2018</u>
<i>[Handwritten signature]</i>	
LUANA C. DOS REIS	
TCE - INOVA	

## LDOxMetas\_2016

2016		
Prioridade LDO	META PEE	Ação orçamentária com indicativo de Prioridade LOA
Fortalecimento da Educação Básica na Rede Estadual	Meta 1 - Assegurar a discussão com os sistemas municipais de educação a respeito da universalização da pré-escola para crianças de 04 a 05 anos de idade, nos termos do dispositivo pela Emenda Constitucional Federal nº 59, de 11 de novembro de 2009, e estimular a ampliação da oferta de Educação Infantil (EI) em creches.	Oferta de Transporte Escolar no Município
	Mets 2 - Universalizar o EF de 09 anos para toda a população de 06 a 14 anos e garantir que, pelo menos, 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PEE- BA.	Construção,Melhoria, ampliação e funcionamento de Unidade Escolar da Educação Básica Oferta de Transporte Escolar no Município
	Meta 3 - Expandir gradativamente o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o fim do período de vigência deste PEE-BA, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.	Construção,Melhoria, ampliação de Unidade Escolar da Educação Básica Oferta de Transporte Escolar no Município
	Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, nas redes regulares de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados até o último ano de vigência deste PEE-BA.	Construção,Melhoria, ampliação de Unidade Escolar da Educação Básica Oferta de Transporte Escolar no Município
	Meta 5 - Mobilizar esforços para alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.	Construção,Melhoria, ampliação de Unidade Escolar da Educação Básica Oferta de Transporte Escolar no Município
	Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 25% das escolas públicas da Educação Básica, até o final do período de vigência deste PEE-BA.	Construção,Melhoria, ampliação de Unidade Escolar da Educação Básica Oferta de Transporte Escolar no Município
	Meta 7 - Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, tendo como parâmetro o avanço dos indicadores de fluxo revelados pelo Censo Escolar e dos indicadores de resultados de desempenho em exames padronizados, nos termos da metodologia do IDEB.	Construção,Melhoria, ampliação de Unidade Escolar da Educação Básica Oferta de Transporte Escolar no Município
	Meta 8 - Assegurar políticas para elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, com vistas à continuidade de esforços para a redução da diferença entre campo e áreas urbanas, nas regiões de menor escolaridade e com incidência de maiores níveis de pobreza e entre negros e não negros declarados ao IBG	Formação de Bolsista do Programa Todos pela Alfabetização - Topa Gestão do Programa Todos pela Alfabetização - Topa Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
	Meta 10 - Ampliar a oferta em 25%, das matrículas de EJA, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na forma integrada à EP	Formação de Bolsista do Programa Todos pela Alfabetização - Topa Gestão do Programa Todos pela Alfabetização - Topa Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
	Meta 11 - Ampliar as matrículas da EP Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.	Construção,Melhoria, ampliação de Unidade Escolar da Educação Básica Oferta de Transporte Escolar no Município
	meta 15 - Articular a continuidade do Plano Nacional de Formação de Professores da educação Básica – PARFOR, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, visando atingir a expectativa de que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam	Administração de Pessoal e Encargos da Educação Básica Administração de Pessoal Sob Regime Especial de Contratação - Reda da Educação Básica

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.

Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço <https://www.tce.ba.gov.br/authenticacaocopia>, digitando o código de autenticação: C4NJMWNDYY

**LDOxMetas\_2016**

<b>Meta 16 - Formar, em nível de Pós-Graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação Básica, até o último ano de vigência deste PEE-BA, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino</b>	Administração de Pessoal e Encargos da Educação Básica Administração de Pessoal Sob Regime Especial de Contratação - Reda da Educação Básica
<b>Meta 17 - Valorização dos docentes das redes públicas da Educação Básica, em conformidade com o conjunto de medidas regulamentares à disposição constitucional que pressupõe Planos de Carreira definidos em lei, ingresso por concurso público de provas e títulos, composição da jornada de trabalho e formação continuada</b>	Administração de Pessoal e Encargos da Educação Básica Administração de Pessoal Sob Regime Especial de Contratação - Reda da Educação Básica

**Página 2**

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.

Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço <https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia>, digitando o código de autenticação: C4NJMWNDYY

2017		
Prioridade LDO	META PEE	Ação orçamentária com indicativo de Prioridade LOA
Fortalecimento da integração família - escola na Educação Básica	Meta 2 - Universalizar o EF de 09 anos para toda a população de 06 a 14 anos e garantir que, pelo menos, 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PEE- BA.	Realização de Diagnóstico de Informações Educacionais Construção,Melhoria, ampliação de Unidade Escolar da Educação Básica Aparelhamento de Unidade de Educação Profissional Oferta de Transporte Escolar no Município Melhoria da Estrutura Física de Unidade de Educação Profissional
	Meta 3 - Expandir gradativamente o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o fim do período de vigência deste PEE-BA, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.	Realização de Diagnóstico de Informações Educacionais Educação Profissional Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio Construção,Melhoria, ampliação de Unidade Escolar da Educação Básica Aparelhamento de Unidade de Educação Profissional Melhoria da Estrutura Física de Unidade de Educação Profissional Oferta de Transporte Escolar no Município
	Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, nas redes regulares de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados até o último ano de vigência deste PEE-BA.	Construção,Melhoria, ampliação de Unidade Escolar da Educação Básica Realização de Diagnóstico de Informações Educacionais Aparelhamento de Unidade de Educação Profissional Oferta de Transporte Escolar no Município Melhoria da Estrutura Física de Unidade de Educação Profissional
	Meta 7 - Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, tendo como parâmetro o avanço dos indicadores de fluxo revelados pelo Censo Escolar e dos indicadores de resultados de desempenho em exames padronizados, nos termos da metodologia do IDEB.	Realização de Diagnóstico de Informações Educacionais Aparelhamento de Unidade de Educação Profissional Melhoria da Estrutura Física de Unidade de Educação Profissional
	Meta 19 - Estimular a discussão sobre regulamentação acerca da gestão democrática da educação, com vistas à garantia da sua consolidação associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta ampla à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União, do Estado e dos Municípios.	Consolidação da Gestão Participativa das Unidades Escolares Promoção de Prática de Avaliação de Gestor e Diretor Escolar
Inserção do jovem no Mundo do Trabalho (Primeiro Emprego)	Meta 10 - Ampliar a oferta em 25%, das matrículas de EJA, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na forma integrada à EP	Realização de Diagnóstico de Informações Educacionais Educação Profissional Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio
	Meta 11 - Ampliar as matrículas da EP Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.	Realização de Diagnóstico de Informações Educacionais Educação Profissional Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio
	Meta 7 - Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, tendo como parâmetro o avanço dos indicadores de fluxo revelados pelo Censo Escolar e dos indicadores de resultados de desempenho em exames padronizados, nos termos da metodologia do IDEB	Realização de Diagnóstico de Informações Educacionais Construção,Melhoria, ampliação de Unidade Escolar da Educação Básica Aparelhamento de Unidade de Educação Profissional Melhoria da Estrutura Física de Unidade de Educação Profissional

## LDOxMetas2017

Infraestrutura da Rede Física de Ensino	<p>Meta 12 - Focalizar o crescimento gradativo da taxa líquida de matrícula na ES, a partir da vigência deste PEE-BA, de maneira que se atinja a taxa de 12% (doze por cento) em relação à população estimada de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade no ano de 2025, contribuindo para equilibrar a meta nacional e, do mesmo modo, concentrar esforços para que a taxa bruta de matrícula se situe em torno de 30% (trinta por cento) nesse mesmo ano</p>	<p>Realização de Diagnóstico de Informações Educacionais Concessão de Bolsa de Pesquisa e Extensão para Estudante Cotista Aquisição de imóvel para Expansão da Universidade Construção de Espaço Físico em Unidade Universitária Ampliação de Unidade Universitária Assistência ao Estudante Universitário Concessão de Bolsa de Assistência ao Estudante Universitário</p>
Incentivo à Permanência Estudantil	<p>Meta 12 - Focalizar o crescimento gradativo da taxa líquida de matrícula na ES, a partir da vigência deste PEE-BA, de maneira que se atinja a taxa de 12% (doze por cento) em relação à população estimada de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade no ano de 2025, contribuindo para equilibrar a meta nacional e, do mesmo modo, concentrar esforços para que a taxa bruta de matrícula se situe em torno de 30% (trinta por cento) nesse mesmo ano.</p>	<p>Realização de Diagnóstico de Informações Educacionais Concessão de Bolsa de Pesquisa e Extensão para Estudante Cotista Aquisição de imóvel para Expansão da Universidade Construção de Espaço Físico em Unidade Universitária Ampliação de Unidade Universitária Assistência ao Estudante Universitário Concessão de Bolsa de Assistência ao Estudante Universitário</p>
	<p>Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, nas redes regulares de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados até o último ano de vigência deste PEE-BA.</p>	<p>Realização de Diagnóstico de Informações Educacionais Aparelhamento de Unidade de Educação Profissional Oferta de Transporte Escolar no Município Melhoria da Estrutura Física de Unidade de Educação Profissional</p>
	<p>Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 90% até 2025, e reduzir a taxa de analfabetismo funcional, até o final da vigência deste PEE-BA.</p>	<p>Realização de Diagnóstico de Informações Educacionais Construção, Melhoria, ampliação de Unidade Escolar da Educação Básica Gestão da Oferta Regular de Educação Profissional Integrada e Articulada à Educação de Jovens e Adultos Formação de Bolsista do Programa Todos pela Alfabetização - Topa Gestão do Programa Todos pela Alfabetização - Topa</p>

## Estratégias do PEE atendidas em 2017 relacionadas com PPA 2016-2019 e Ações Orçamentárias (LOA 2017)

Descrição da Estratégia PEE 2016-2026	PPA 2016-2019					Ação Orçamentária - LOA 2017	
	Programa	Código do Compro	Compromisso	Código da Iniciativa	Iniciativa	Código	Descrição
2.2) realizar parceria entre a Secretaria da Educação - SEC e as Secretarias dos Municípios no fomento ao atendimento socioeducativo	212	1	Fortalecer o regime de colaboração entre a União, Estado e municípios, visando ao desenvolvimento da educação	0002	Prover aos municípios assistência técnica-pedagógica para implementação do Programa Pacto com os Municípios	6999	Execução do Programa Pacto com os Municípios pela Alfabetização
2.5) estimular a oferta do Ensino Fundamental para as populações do campo, indígenas e quilombolas, comunidades tradicionais nas próprias comunidades, garantindo condições de permanência dos estudantes nos seus espaços socioculturais	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0008	Implementar, nas unidades escolares quilombolas da rede estadual, a política da educação escolar quilombola	6998	Apoio à Educação Básica no Campo
2.11) estimular e promover a relação das escolas com movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para os estudantes, de forma a tornar as escolas polos de criação e difusão cultural	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0016	Realizar o projeto Linguagens, Artísticas e Culturais nas unidades escolares da rede estadual - regime de adesão	6594	Realização do Projeto de Linguagens Artísticas e Atividades Culturais na Educação Básica
2.13) implementar formas de oferta do Ensino Fundamental, garantindo a qualidade, para atender a crianças, adolescentes e adultos de grupos étnicos itinerantes e daqueles que se dedicam a atividades de caráter itinerante ou associadas a práticas agrícolas, entre outros	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0022	Desenvolver, nas unidades escolares, ações socioeducacionais e culturais	2696	Desenvolvimento de Ações Socioeducacionais e Culturais em Unidade Escolar
2.14) promover atividades de estímulo a múltiplas vivências esportivas dos estudantes, vinculadas a projetos de incremento ao esporte educacional nas escolas	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0008	Implementar em espaços educativos do campo a Política de Educação Básica no Campo	6998	Apoio à Educação Básica no Campo
				0002	Implementar, nas unidades escolares da rede estadual, a política da educação das relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidades	6602	Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação nas Relações Étnico-Raciais e Gênero e Sexualidade
				0004	Implementar, nas unidades escolares da rede estadual, a temática afro-brasileira e indígena	4859	Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação da Cultura e História Indígenas
				0007	Prestar assistência técnico-financeira nas unidades de educação familiar agrícola; Implementar em espaços educativos do campo a Política de Educação Básica no Campo	6596	Assistência Técnico-Financeira à Unidade de Educação Familiar Agrícola
				0016	Realizar o projeto Linguagens, Artísticas e Culturais nas unidades escolares da rede estadual - regime de adesão	6594	Realização do Projeto de Linguagens Artísticas e Culturais na Educação Básica
				0022	Desenvolver, nas unidades escolares, ações socioeducacionais e culturais	2696	Desenvolvimento de Ações Socioeducacionais e Culturais em Unidade Escolar
				0008	Implementar em espaços educativos do campo a Política de Educação Básica no Campo	6998	Apoio à Educação Básica no Campo
				0002	Implementar, nas unidades escolares da rede estadual, a política da educação das relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidades	6602	Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação nas Relações Étnico-Raciais e Gênero e Sexualidade
				0004	Implementar, nas unidades escolares da rede estadual, a temática afro-brasileira e indígena	4859	Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação da Cultura e História Indígenas
				0007	Prestar assistência técnico-financeira nas unidades de educação familiar agrícola	6596	Assistência Técnico-Financeira à Unidade de Educação Familiar Agrícola
				0017	Realizar o projeto Fortalecimento da Cultura Corporal e Esporte nas unidades escolares da rede estadual - regime de adesão	6598	Realização do Projeto de Fortalecimento da Cultura Corporal e Esporte no Currículo da Educação Básica

2.16) estimular que o respeito às diversidades seja objeto de tratamento transversal pelos professores, bem como pelas Instituições de Ensino Superior nos currículos de graduação, respeitando os Direitos Humanos e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância, à luz do conceito de supralegalidade presente no ordenamento jurídico brasileiro	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	PEE X PPF 2017 0002	Implementar, nas unidades escolares da rede estadual, a política da educação das relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidades	6602	Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação nas Relações Étnico-Raciais e Gênero e Sexualidade
2.18) consolidar as normativas relacionadas com as escolas agrícolas, nos termos do disposto pela Lei nº 11.352, de 23 de dezembro de 2008, garantida prenrogativa técnica da pedagogia da alternância para a concepção e organização do currículo nestas escolas, para o Ensino Fundamental;	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0007	Prestar assistência técnico-financeira nas unidades de educação familiar agrícola	6596	Assistência Técnico-Financeira à Unidade de Educação Familiar Agrícola
3.2) fortalecer as iniciativas estaduais de renovação do Ensino Médio, em articulação com os programas nacionais, a fim de fomentar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, nas dimensões do trabalho, das linguagens, das tecnologias, da cultura e das múltiplas vivências esportivas, com destaque para as escolas do campo, quilombolas, de grupos itinerantes e comunidades tradicionais, nas quais devem ser consideradas as experiências e realidades sociais dos respectivos espaços de vivência dos estudantes	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0012	Realizar formação continuada de professores do ensino fundamental e médio, considerando as áreas do conhecimento e componentes curriculares, com vistas à elevação da proficiência dos estudantes	6988	Execução do Programa Pacto Ensino Médio Bahia
3.4) estimular a expansão das matrículas gratuitas do Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais e dos povos ciganos	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual.	0001	Ofertar vagas de educação profissional concomitante ao ensino médio e ao ensino fundamental	2698	Educação Profissional Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio
3.5) integrar, anualmente, as avaliações sistêmicas do Ensino Médio ao funcionamento das unidades escolares respectivas, nas áreas urbanas, no campo, indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais, considerando as dimensões pedagógica e administrativa	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual.	0001	Ofertar vagas de educação profissional concomitante ao ensino médio e ao ensino fundamental	2698	Educação Profissional Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio
3.7) ampliar o acesso dos estudantes à cultura corporal e às múltiplas vivências esportivas, integradas ao currículo escolar	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0017	Realizar o projeto Fortalecimento da Cultura Corporal e Esporte nas unidades escolares da rede estadual - regime de adesão	6598	Realização do Projeto de Fortalecimento da Cultura Corporal e Esporte no Currículo da Educação Básica
3.8) fortalecer o processo de ensino e de aprendizagem, elevando a taxa de aprovação e reduzindo a taxa de abandono escolar, de modo a assegurar aos estudantes a continuidade dos estudos na idade adequada nesta etapa de ensino	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0012	Realizar formação continuada de professores do ensino fundamental e médio, considerando as áreas do conhecimento e componentes curriculares, com vistas à elevação da proficiência dos estudantes	6988	Execução do Programa Pacto Ensino Médio Bahia

3.9) providenciar estratégias que possibilitem a regularização de fluxo aos estudantes do Ensino Médio com distorção de idade, séries ou ano, com implicações para a continuidade de estudos na idade adequada	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0002	Ampliar a oferta de vagas do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica - EMITEC	6930	Intermediação Tecnológica no Ensino Médio	
3.10) desenvolver procedimentos que assegurem formas de possibilidade a superação das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes do Ensino Médio, nos respectivos componentes curriculares	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0012	Realizar formação continuada de professores do ensino fundamental e médio, considerando as áreas do conhecimento e componentes curriculares, com vistas à elevação da proficiência dos estudantes	6988	Execução do Programa Pacto Ensino Médio Baixa	
3.13) desenvolver formas da oferta do Ensino Médio, garantida a quantidade, para atender a adolescentes, jovens e adultos de grupos étnicos e famílias itinerantes, bem como de adolescentes e jovens em instituições socioeducativas	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0002	Ampliar a oferta de vagas do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica - EMITEC	6930	Intermediação Tecnológica no Ensino Médio	
3.14) estruturar políticas de proteção ao estudante contra formas de exclusão, como medida de prevenção do abandono escolar, motivadas por preconceito ou quaisquer formas de discriminação	212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0001	Realizar a formação de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	6993	Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA	
3.17) incentivar a oferta de escolas do Ensino Médio no campo, em espaços quilombolas, indígenas e de comunidades tradicionais, com a criação de escolas ou classes vinculadas	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0002	Implementar, nas unidades escolares da rede estadual, a temática afro-brasileira e indígena	6602	Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação nas Relações Étnico-Raciais e Gênero e Sexualidade	
3.19) consolidar as normativas relacionadas com as escolas agrícolas, nos termos da Lei nº 11.352, de 23 de dezembro de 2006, garantida a prenegação técnica da pedagogia da alternância para a concepção e organização do currículo nestas escolas, para o Ensino Médio	212	22	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual	0002	Ampliar a oferta de vagas do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica - EMITEC	6930	Intermediação Tecnológica no Ensino Médio	
			Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0004	Implementar, nos espaços escolares indígenas, a política da educação escolar indígena	4859	Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação da Cultura e História Indígenas	
			Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual	0008	Implementar, nas unidades escolares quilombolas da rede estadual, a política da educação escolar quilombola	6998	Apoio à Educação Básica no Campo	
			Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0007	Prestar assistência técnica-financeira nas unidades de educação familiar agrícola; Implementar em espaços educativos do campo a Política de Educação Básica no Campo	6596	Assistência Técnico-Financeira à Unidade de Educação Familiar Agrícola	

4.4) direcionar orientações para o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente na própria unidade escolar; ou em serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, para todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos à família e, quando possível, o estudante, no prazo de vigência deste PEE-BA	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	PEE X PPA 2017 0001	Implementar, nos centros de educação especial, a política de educação especial na perspectiva inclusiva	4023
4.7) estimular a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como primeira língua, e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do que dispõe o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e os arts. 24º e 30 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto Federal nº 6.349, de 25 de agosto de 2009, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0001	Implementar, nos centros de educação especial, a política de educação especial na perspectiva inclusiva	4023
4.8) fortalecer a oferta de Educação Inclusiva, combatendo a exclusão de pessoas com deficiência no ensino regular e assegurando a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0001	Implementar, nos centros de educação especial, a política de educação especial na perspectiva inclusiva	4023
4.9) acompanhar e monitorar o acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação preconceituosa e outras formas de violência, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, de saúde e de proteção à infância, à adolescência e à juventude	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0001	Implementar, nos centros de educação especial, a política de educação especial na perspectiva inclusiva	4023
4.16) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, convenientes com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades matriculados na rede pública de ensino	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0001	Implementar, nos centros de educação especial na perspectiva inclusiva	4023

4.17) disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, apoio técnico e demais profissionais da educação para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e do campo	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	PEE X PPA 2017 0001	Implementar, nos centros de educação especial, a política de educação especial na perspectiva inclusiva	4023	Apoio à Educação de Pessoa com Necessidades Específicas
5.1) instituir protocolo de colaboração entre as redes públicas de ensino, com o fio de ampliar e consolidar os processos de alfabetização para as crianças do campo, quilombolas, indígenas, de populações e grupos itinerantes e comunidades tradicionais	212	1	Fortalecer o regime de colaboração entre a União, Estado e municípios, visando ao desenvolvimento da educação	0001	Prestar aos municípios assistência técnica-pedagógica para atingimento das metas do IDEB	2962	Assistência Técnico-Pedagógica ao Município na Organização do Sistema Municipal de Ensino
5.2) estimular os Municípios na alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais de grupos étnicos e trabalhadores itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, a serem vinculados a programas de formação continuada de professores alfabetizadores	212	1	Fortalecer o regime de colaboração entre a União, Estado e municípios, visando ao desenvolvimento da educação	0001	Prestar aos municípios assistência técnica-pedagógica para atingimento das metas do IDEB	2962	Assistência Técnico-Pedagógica ao Município na Organização do Sistema Municipal de Ensino
5.3) desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e de outros grupos étnicos	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0004 0008	Implementar, nos espaços escolares indígenas, a política da educação escolar indígena Implementar, nas unidades escolares quilombolas da rede estadual, a política da educação escolar quilombola	4859 6998	Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação da Cultura e História Indígenas Apoio à Educação Básica no Campo
5.4) estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem seus respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes até, no máximo, o final do terceiro ano do Ensino Fundamental, tendo como referência a avaliação nacional	212	1	Fortalecer o regime de colaboração entre a União, Estado e municípios, visando ao desenvolvimento da educação	0002	Prover aos municípios assistência técnica-pedagógica para implementação do Programa Pacto com os Municípios	6999	Execução do Programa Pacto com os Municípios pela Alfabetização
5.5) fomentar o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade	212	1	Fortalecer o regime de colaboração entre a União, Estado e municípios, visando ao desenvolvimento da educação	0002	Prover aos municípios assistência técnica-pedagógica para implementação do Programa Pacto com os Municípios	6999	Execução do Programa Pacto com os Municípios pela Alfabetização
5.8) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a continuação e consolidação da alfabetização plena de todas as crianças	212	1	Fortalecer o regime de colaboração entre a União, Estado e municípios, visando ao desenvolvimento da educação	0002	Prover aos municípios assistência técnica-pedagógica para implementação do Programa Pacto com os Municípios	6999	Execução do Programa Pacto com os Municípios pela Alfabetização

5.9) promover, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a inseparabilidade das dimensões do educar e do cuidar, considerando a função social desta etapa da educação e sua centralidade que é o educando, pessoa em formação, na sua essência humana	212	1	Fortalecer o regime de colaboração entre a União, Estado e municípios, visando ao desenvolvimento da educação	0002 PEE X PPA 2017	Prover aos municípios assistência técnica-pedagógica para implementação do Programa Pacto com os Municípios	6999	Execução do Programa Pacto com os Municípios pela Alfabetização
6.2) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada com o efetivo trabalho escolar combinado com atividades de aplicação de conhecimento científico, recreativas, esportivas e culturais, sempre conciliadas com o princípio da contextualização e com a abordagem interdisciplinar	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0001	Ampliar a oferta de educação de tempo integral na rede estadual de ensino	6991	Gestão das Ações de Educação Integral
6.3) promover, com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 07 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, até o sexto ano de vigência desse PEE-BA	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0001	Ampliar a oferta de educação de tempo integral na rede estadual de ensino	6991	Gestão das Ações de Educação Integral
6.6) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas de Educação Básica, por meio da participação de entidades da sociedade civil, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0006	Atender estudantes do ensino médio e fundamental nos Centros Juvenis de Arte e Cultura - CJJC com ações educativas interdisciplinares	6995	Funcionamento do Centro Juvenil de Ciência e Cultura - CJCC
6.8) estimular, nas escolas, projetos de enriquecimento curricular de formação integral dos estudantes nas áreas de ciência, arte, música, cultura, esporte e cultura corporal, com vistas ao desenvolvimento de habilidades, saberes e competências para a convivência, o trabalho coletivo e a promoção do bem-estar biopsicosocial	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0017	Atender estudantes do ensino médio e fundamental nos Centros Juvenis de Arte e Cultura - CJJC com ações educativas interdisciplinares	6995	Funcionamento do Centro Juvenil de Ciência e Cultura - CJCC
					Realizar o projeto Fortalecimento da Cultura Corporal e Esporte nas unidades escolares da rede estadual - regime de adesão	6598	Realização do Projeto de Fortalecimento da Cultura Corporal e Esporte no Currículo da Educação Básica
					Realizar o projeto Linguagens Artísticas e Culturais nas unidades escolares da rede estadual - regime de adesão	6594	Realização do Projeto de Linguagens Artísticas e Culturais e Atividades Culturais na Educação Básica
					Desenvolver, nas unidades escolares, ações socioculturais e culturais	2696	Desenvolvimento de Ações Socioculturais e Culturais em Unidades Escolares
					Realizar, nas unidades escolares, o Programa Ciência na Escola para áreas de ciências da natureza e ciências humanas para do ensino fundamental e ensino Médio	4857	Realização do Programa Ciência na Escola

				Realizar formação continuada de professores do ensino fundamental e médio, considerando as áreas do conhecimento e componentes curriculares, com vistas à elevação da proficiência dos estudantes	7823	Capacitação da Profissional da Rede Estadual de Ensino na Área de Inovação Pedagógica
7.1) estimular práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria da aprendizagem e do fluxo escolar, considerando o uso de softwares livres e de recursos educacionais abertos	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0012 PEE X PPA 2017	Implementar nas unidades escolares quilombolas da rede estadual, a política da educação escolar quilombola	6998 Apoio à Educação Básica no Campo
7.2) incentivar a melhoria da educação escolar oferecida no campo, para crianças, jovens e adultos de populações tradicionais, de populações e grupos itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, de modo a orientar para conter fluxo e aumentar os níveis de proficiência	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0008 0004 0007	Implementar, nos espaços escolares indígenas, a política da educação escolar indígena Prestar assistência técnica-financeira nas unidades de educação familiar agrícola, Implementar em espaços educativos do campo a Política de Educação Básica no Campo	4859 Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação da Cultura e História Indígenas Assistência Técnico-Financeira à Unidade de Educação Familiar Agrícola
7.3) garantir, no currículo da Educação de Jovens e Adultos, a temática da sustentabilidade ambiental e a preservação das respectivas identidades culturais, a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo escolar	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0009	Realizar ações socioeducacionais especiais - Proease	6593 Realização do Projeto Ações Socioeducacionais Especiais - Proease
7.4) encorajar a oferta bilíngue na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em Língua Portuguesa	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0004	Implementar nos espaços escolares indígenas, a política da educação escolar indígena	4859 Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação da Cultura e História Indígenas
7.7) assegurar mecanismos de indução da melhoria da proficiência dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em todas as escolas públicas por meio de programas e processos destinados a esse objetivo	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0012	Realizar formação continuada de professores do ensino fundamental e médio, considerando as áreas do conhecimento e componentes curriculares, com vistas à elevação da proficiência dos estudantes	6998 Execução do Programa Pacto Ensino Médio Bahia
7.12) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontrem em regime de privação de liberdade e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei Federal nº 8.059, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente	212	8	Contribuir para a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0001	Realizar a formação de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	6993 Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
7.13) garantir, nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígena, incluindo a dos povos ciganos,				0004	Implementar, nos espaços escolares indígenas, a política da educação escolar indígena	4859 Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação da Cultura e História Indígenas

212	22	atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0002 PEE X PPA 2017	Implementar, nas unidades escolares da rede estadual, a temática afro-brasileira e indígena	6502	Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação nas Relações Étnico-Raciais e Gênero e Sexualidade
212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0001	Realizar a formação de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	6993	Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0002	Alfabetizar jovens, adultos e idosos analfabetos, com atuação de alfabetizadores (Programa Todos Pela Educação)	6992	Gestão do Programa Todos pela Alfabetização - Topa
212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0002	Alfabetizar jovens, adultos e idosos analfabetos, com atuação de alfabetizadores (Programa Todos Pela Educação)	6992	Gestão do Programa Todos pela Alfabetização - Topa
212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0001	Realizar a formação de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	6993	Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0001	Realizar a formação de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	6993	Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0001	Realizar a formação de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	6993	Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0001	Realizar a formação de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	6993	Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0002	Alfabetizar jovens, adultos e idosos analfabetos, com atuação de alfabetizadores (Programa Todos Pela Educação)	6992	Gestão do Programa Todos pela Alfabetização - Topa

9.5) efetuar avaliação cognitiva dos alfabetizandos jovens, adultos e idosos, baseada na matriz de referência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, devidamente adaptada à realidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA	212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0002 PEE X PPA 2017	Alfabetizar jovens, adultos e idosos analfabetos, com atuação de alfabetizadores (Programa Todos Pela Educação)	5432	Realização de Diagnóstico do Processo de Alfabetização do Programa Todos pela Alfabetização - Topa
9.6) executar ações complementares de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos - EJA, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos e cirurgias eletivas, em articulação com a área da saúde	212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0002	Alfabetizar jovens, adultos e idosos analfabetos, com atuação de alfabetizadores (Programa Todos Pela Educação)	3907	Oferta de Transporte ao Alfabetizando do Programa Todos pela Alfabetização - Topa
9.7) apoiar projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos - EJA que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes, nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino	212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0001	Realizar a formação de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	6993	Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
9.11) articular parcerias intersetoriais entre as políticas de Educação de Jovens e Adultos - EJA e as políticas culturais, para que estudantes e educadores e profissionais da EJA sejam beneficiados por ações que permitam o acesso à expressão e à produção cultural, em suas diferentes linguagens e expandindo possibilidades de oferta da Educação Profissional da área cultural para a EJA, em plena aderência com a Lei Federal	212	20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0016	Realizar o projeto Linguagens Artísticas e Culturais nas unidades escolares da rede estadual - regime de adesão	6594	Realização do Projeto de Linguagens Artísticas e Atividades Culturais na Educação Básica
10.2) implementar programas de formação profissional para a população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal, do campo e da cidade, bem como para os (as) estudantes com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as centrais e sindicatos de trabalhadores, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social	212	22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0001	Implementar, nos centros de educação especial, a política de educação especial na perspectiva inclusiva	4023	Apoio à Educação de Pessoa com Necessidades Específicas
		3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0004	Ofertar vagas de educação profissional regular ou circunstancial para trabalhadores de baixa escolaridade, populações do campo, tradicionais e vulneráveis visando a inclusão	4448	Educação Profissional para Populações Vulneráveis e de Baixa Escolaridade
10.3) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e de metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos - EJA integrada à Educação Profissional	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0004	Ofertar vagas de educação profissional regular ou circunstancial para trabalhadores de baixa escolaridade, populações do campo, tradicionais e vulneráveis visando a inclusão	4448	Educação Profissional para Populações Vulneráveis e de Baixa Escolaridade
10.4) fomentar a diversificação curricular da Educação Profissional articulada à Educação de Jovens e Adultos - EJA, promovendo a interrelação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e da cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características e necessidades dos jovens e adultos	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0012 Página 10	Promover a formação continuada dos professores e funcionários que atuam na educação profissional	4447	Formação Continuada de Profissional da Educação Profissional

8.9) intensificar a oferta regular da Educação de Jovens e Adultos - EJA em unidades prisionais e fortalecer a requalificação das unidades socioeducativas, de internação ou de semi-liberdade, com destaque para o reordenamento gerencial e para a concepção curricular pertinentes, a serem normalizados pelo Conselho Estadual de Educação	212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	PEE X P0002017	Realizar a formação de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	6993	Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
8.10) implementar atendimento educacional especializado, complementar e suplementar, para o público da Educação Especial matriculado na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA, em salas de recursos multifuncionais da própria escola, de outra escola da rede pública ou em instituições conveniadas e centros de atendimento educacional especializados	212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0001	Realizar a formação de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	6993	Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
8.13) fazer articulações entre sistemas de educação, para ampliar e interiorizar a oferta de matrículas na Educação de Jovens e Adultos - EJA, priorizando atingir as áreas mais remotas do Estado e atender às populações mais pobres e a redução da desigualdade entre negros e não negros	212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0001	Realizar a formação de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	6993	Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 90% (noventa por cento), até 2025, e reduzir a taxa de analfabetismo funcional, até o final da vigência deste PEE-BA.	212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0002	Alfabetizar jovens, adultos e idosos analfabetos, com atuação de alfabetizadores (Programa Todos Pela Educação)	5432	Realização de Diagnóstico do Processo de Alfabetização do Programa Todos pela Alfabetização - Topa
9.1) proceder ao levantamento de dados sobre a demanda por Educação de Jovens e Adultos - EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de uma política pública, que garanta o acesso e a permanência de jovens, adultos e idosos nesta modalidade, ampliando o acompanhamento de metas, a avaliação e a fiscalização dos recursos destinados para este fim e assegurando a oferta gratuita da educação para jovens, adultos e idosos que respeite a diversidade dos sujeitos e suas múltiplas identidades	212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0001	Realizar a formação de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	6993	Gestão da Política de Educação de Jovens e Adultos - EJA
9.4) realizar processos continuos de formação de alfabetizadores, em diálogos com as práticas cotidianas de sala de aula e com uma relação de interdependência entre a teoria e a prática, garantindo a observância de princípios fundamentais que orientam a formação de educadores da Educação de Jovens e Adultos - EJA na perspectiva da Educação Popular	212	8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto	0002	Alfabetizar jovens, adultos e idosos analfabetos, com atuação de alfabetizadores (Programa Todos Pela Educação)	3904	Formação de Bolsista do Programa Todos pela Alfabetização - Topa

11.1) expandir a oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com ênfase nas modalidades integradas, de modo que a proporção de técnicos na população econômica ativa se aproxime da demandada pelo mundo do trabalho	212	19	Prover infraestrutura e suprimentos adequados na rede escolar estadual	0012	Continuir centros de educação profissional	3774	Construção de Centro de Educação Profissional	
		3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	PEE X PPA 2017 0001	Ofertar vagas de educação profissional concomitante ao ensino médio e ao ensino fundamental	2698	Educação Profissional Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio	
11.3) expandir o atendimento da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio para as populações do campo e para as comunidades indígenas, quilombolas e povos das comunidades tradicionais, de acordo com as expectativas territoriais e escuta das representações institucionais dessas comunidades	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0004	Ofertar vagas de educação profissional regular ou circunstancial para trabalhadores de baixa escolaridade, populações do campo, tradicionais e vulneráveis visando a inclusão	4448	Educação Profissional para Populações Vulneráveis e de Baixa Escolaridade	
11.4) reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais, com destaque para as peculiaridades do campo e da cidade, da cultura local e da identidade territorial, no acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei no âmbito do Sistema Estadual de Ensino da Educação Básica	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0004	Ofertar vagas de educação profissional regular ou circunstancial para trabalhadores de baixa escolaridade, populações do campo, tradicionais e vulneráveis visando a inclusão	4448	Educação Profissional para Populações Vulneráveis e de Baixa Escolaridade	
		2.2	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual	0002	Implementar, nas unidades escolares da rede estadual, a temática afro-brasileira e indígena	6602	Assistência Pedagógica à Unidade Escolar para a Educação nas Relações Étnico-Raciais e Gênero e Sexualidade	
11.5) estimular a oferta da Educação Profissional Tecnológica, de Graduação e de Pós-Graduação, em integração com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e com as instituições universitárias de Educação Superior, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais, locais e regionais, bem como a intensificação da Educação Profissional	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0016	Assegurar o funcionamento regular das unidades de educação profissional e suas atividades curriculares	4454	Funcionamento de Unidade de Ensino Profissional	
		2.2	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0016	Assegurar o funcionamento regular das unidades de educação profissional e suas atividades curriculares	4454	Funcionamento de Unidade de Ensino Profissional	
11.6) fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio na modalidade de Educação à Distância, com a finalidade de ampliar o atendimento e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, assegurando padrão de qualidade	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0016	Assegurar o funcionamento regular das unidades de educação profissional e suas atividades curriculares	4454	Funcionamento de Unidade de Ensino Profissional	
11.7) estimular a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de nível médio, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0016	Assegurar o funcionamento regular das unidades de educação profissional e suas atividades curriculares	4454	Funcionamento de Unidade de Ensino Profissional	

11.8) fomentar a oferta pública de certificação profissional como reconhecimento de saberes para fins de validação, em parte ou no todo, da qualificação profissional e dos cursos técnicos	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0016 PEE X PPA 2017	Assegurar o funcionamento regular das unidades de educação profissional e suas atividades curriculares	4454	Funcionamento de Unidade de Ensino Profissional	
11.9) ampliar a oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0016	Assegurar o funcionamento regular das unidades de educação profissional e suas atividades curriculares	4454	Funcionamento de Unidade de Ensino Profissional	
11.10) estruturar sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0016	Assegurar o funcionamento regular das unidades de educação profissional e suas atividades curriculares	4454	Funcionamento de Unidade de Ensino Profissional	
11.11) expandir a oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transformos globais do desenvolvimento e altas habilidades	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual.	0001	Ofertar vagas de educação profissional concomitante ao ensino médio e ao ensino fundamental	2698	Educação Profissional Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio	
11.12) estruturar sistema estadual de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em Educação Profissional aos dados do mercado de trabalho e às consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual.	0001	Ofertar vagas de educação profissional concomitante ao ensino médio e ao ensino fundamental	2698	Educação Profissional Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio	
11.13) ofertar cursos de Educação Profissional aos estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas, observando as ressalvas da legislação vigente	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual.	0001	Ofertar vagas de educação profissional concomitante ao ensino médio e ao ensino fundamental	2698	Educação Profissional Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio	
11.14) mapear, de forma contínua, a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal técnico da nível médio, considerando as necessidades do desenvolvimento do Estado, particularmente do semiárido e das manchas de pobreza extrema	212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual.	0001	Ofertar vagas de educação profissional concomitante ao ensino médio e ao ensino fundamental	2698	Educação Profissional Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio	
12.1) coordenar com as IES públicas e privadas o propósito da expansão do acesso à Educação Superior, tendo, no horizonte, o esforço progressivo para se proporcionar a elevação de ambas as taxas de matrícula, alinhada à expansão com o respeito à natureza institucional das IES, às respectivas demandas de cada região onde estão inseridas e novos formatos de mecanismos de acesso ao Ensino Superior	212	12	Promover consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais	0001	Ofertar cursos de graduação presencial	6908	Gestão das Ações de Ensino de Graduação	
			Promover consolidação e ampliação de ações de assistência estudiantil para a	0010	Ofertar turmas em cursos de Educação a Distância - EAD	6915	Realização de Curso de Educação a Distância	
			Página 122		Prestar assistência de acesso e permanência a estudantes	6910	Assistência ao Estudante Universitário	

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.

Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço <https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia>, digitando o código de autenticação: C4NJMWNDY

			<b>educação superior, voltadas à democratização do acesso, efetiva</b>	0002	Conceder bolsas de assistência estudantil	6956	Concessão de Bolsa de Assistência ao Estudante Universitário
12.7) fomentar programas que assegurem maior participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, mediante a adoção de políticas afirmativas	212	20	<b>Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino</b>	0003 PEE X PPA 2017	Ampliar a oferta de vagas no Programa Universidade Para Todos - UPT	3464	Execução do Projeto Universidade para Todos
	219		<b>Promover a permanência no Ensino Superior do estudante em situação vulnerabilidade sócioeconômica</b>		Ofertar Auxílio Permanência	7529	Oferta Auxílio Permanencia
12.11) estimular programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas, produção de materiais didáticos e audiovisuais, para os cursos da Educação Superior, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência	212	12	<b>Promover consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais</b>	0025	Publicar títulos pela editora universitária	6912	Publicar títulos pela editora universitária
				0004	Atualizar o acervo das unidades do Sistema Integrado de Bibliotecas	6913	Atualização do Acervo do Sistema de Bibliotecas Universitárias
12.12) aprimorar e consolidar a oferta de vagas no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB	212	12	<b>Promover consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais</b>	0010	Ofertar turmas em cursos de Educação a Distância - EAD	6915	Realização de Curso de Educação a Distância
				0002	Ofertar bolsas de monitoria de ensino e extensão	6932	Concessão de Bolsa de Monitoria de Extensão
12.14) discutir com as IES procedimentos que contribuam para difundir a participação de estudantes em programas de extensão universitária, de modo orientado para as áreas de grande pertinência social, avaliadas conjuntamente entre IES, órgãos públicos e secretarias de governo	212	12	<b>Promover consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais</b>	0020	Realizar ações de extensão	6907	Realização de Ação de Extensão Universitária
				0021	Realizar atividades da Universidade Aberta à Terceira Idade	6042	Realização de Ação Universidade Aberta à Terceira Idade - Uati
13.6) consolidar o processo contínuo de autoavaliação das instituições estaduais de Educação Superior, fortalecendo participação das Comissões Próprias de Avaliação, requalificando as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004	212	12	<b>Promover consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais</b>	0001	Ofertar cursos de graduação presencial	6908	Gestão das Ações de Ensino de Graduação
				0027	Realizar atividades de avaliação institucional	6961	Avaliação Institucional
13.8) estruturar medidas de estímulo à inovação científica e tecnológica e de proteção jurídica nas instituições de Educação Superior às produções científicas, tecnológica e artística, viabilizando registros de patentes e de propriedade intelectual	212	12	<b>Promover consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais</b>	0014	Apoiar técnico e financeiramente a realização de atividades de iniciação científica e tecnológica	7864	Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação
				0001	Ofertar cursos de graduação presencial	6908	Gestão das Ações de Ensino de Graduação
				0014	Apoiar técnico e financeiramente a realização de atividades de iniciação científica e tecnológica	6927	Apoio às Ações de Pesquisa e de Iniciação Científica e Tecnológica
			<b>Promover consolidação e ampliação de</b>	Página 183	Ofertar cursos de pós-graduação	6909	Gestão das Ações de Ensino de Pós-Graduação

13.9) fortalecer as redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICT nas áreas estratégicas definidas pelas políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação	212	12	ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais	0020 PEE x PPA 2017	Realizar ações de extensão	6907	Realização de Ação de Extensão Universitária
				0009	Assegurar o funcionamento regular de atividades de ensino, pesquisa e extensão	4515	Apoio ao Funcionamento da Atividade Acadêmica
		10	Promover a modernização e ampliação da infraestrutura das universidades estaduais, observando parâmetros técnicos	0005	Equipar unidades universitárias	7867	Aparelhamento de Unidade Universitária
				0018	Ofertar cursos de pós-graduação	6909	Gestão das Ações de Ensino de Pós-Graduação
		212	12	0019	Apoiar técnico e financeiramente a expansão da pós-graduação	1906	Apoio à Implantação de Cursos de Pós-Graduação
				0019	Apoiar técnico e financeiramente a expansão da pós-graduação	6629	Apoio à Expansão da Pós-Graduação
				0018	Ofertar cursos de pós-graduação	2555	Funcionamento Regular de Curso de Pós-Graduação
				0004	Atualizar o acervo das unidades do Sistema Integrado de Bibliotecas	6913	Atualização do Acervo do Sistema de Bibliotecas Universitárias
				0014	Apoiar técnico e financeiramente a realização de atividades de iniciação científica e tecnológica	6927	Apoio às Ações de Pesquisa e de Iniciação Científica e Tecnológica
				0018	Ofertar cursos de pós-graduação	6909	Gestão das Ações de Ensino de Pós-Graduação
		212	12	0025	Publicar títulos pela editora universitária	6912	Publicar títulos pela editora universitária
				0024	Implementar instrumentos de comunicação para difusão de material midiático educativo	2552	Gestão de Ações da Rádio e TV Universitária
				0026	Desenvolver ações para modernização da gestão universitária	5691	Implementação de Ações de Comunicação Institucional
		12		0014	Apoiar técnico e financeiramente a realização de atividades de iniciação científica e tecnológica	6927	Apoio às Ações de Pesquisa e de Iniciação Científica e Tecnológica
				0013	Ofertar bolsas de iniciação científica, tecnológica e de inovação	6989	Concessão de Bolsa de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação
		212	12	0014	Apoiar técnico e financeiramente a realização de atividades de iniciação científica e tecnológica	7864	Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação
14.2) fomentar a articulação entre as universidades e os institutos federais, objetivando a oferta de Pós-Graduação stricto sensu voltada para as áreas prioritárias de desenvolvimento integrado do Estado, particularizando as vocações intrarregionais e interregionais	212	12	Promover consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais				
14.6) fomentar a expansão do programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de Pós-Graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência	212	12	Promover consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais				
14.8) fomentar pesquisas, com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação nos Territórios de Identidade e nos Municípios	212	12	Promover consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais				

12		Promover consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais	0018	Ofertar cursos de pós-graduação	6909	Gestão das Ações de Ensino de Pós-Graduação	
212	3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual	0012	Promover a formação continuada dos professores e funcionários que atuam na educação profissional	4447	Formação Continuada de Profissional da Educação Profissional	
			0002	Ofertar bolsas de monitoria de ensino e extensão	6932	Concessão de Bolsa de Monitoria de Extensão	
		Promover consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais	0002	Ofertar bolsas de monitoria de ensino e extensão	6931	Concessão de Bolsa de Monitoria de Ensino	
			0020	Realizar ações de extensão	6907	Realização da Ação de Extensão Universitária	
		15.6) estimular o desenvolvimento de modelos de formação docente para a Educação Profissional que valorizem a experiência prática, por meio da oferta nas redes federal e estaduais de Educação Profissional, de cursos voltados à complementação e à certificação didático-pedagógica de profissionais experientes					
		15.12) oferecer apoio técnico-pedagógico aos programas de incentivo à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de apimentar a formação de profissionais para atuar no Magistério da Educação Básica	212	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino	0011	Realizar o Programa de Atendimento à Saúde e Valorização do Professor	4414
						Execução do Programa de Atenção à Saúde e Valorização do Professor	
		17.1) incentivar a implementação de política de atenção à saúde para os profissionais da educação, com ênfase na prevenção de doenças decorrentes do trabalho, destacando as relacionadas com a saúde vocal, a saúde mental e os distúrbios osteomusculares, por meio de medidas de promoção da saúde, numa perspectiva biopsicosocial e com ações intersetoriais de saúde, educação e assistência social	212	20			
						Consolidação da Gestão Participativa das Unidades Escolares	
		19.4) incentivar, em todas as redes de Educação Básica, a constituição e o fortalecimento de prêmios estudantis e de associações de pais e mães de estudantes, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e, ainda, fomentando a articulação orgânica com os colegiados e conselhos escolares, por meio das respectivas representações	212	21	Promover o fortalecimento dos colegiados escolares das unidades escolares da rede estadual	0002	
						Promover o fortalecimento dos colegiados escolares das unidades escolares da educação básica	
		19.5) fomentar a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e de conselhos municipais de educação, como instrumentos de supervisão da gestão escolar e de funcionamento da unidade escolar, assegurando-se condições de funcionamento autônomo	212	21	Fortalecer a gestão democrática e participativa no órgão central, nos núcleos regionais de educação das unidades escolares da educação básica	0002	Promover o fortalecimento dos colegiados escolares das unidades escolares da rede estadual
						Consolidação da Gestão Participativa das Unidades Escolares	

<b>19.7</b> desenvolver programas de formação de gestores escolares com vistas ao processo de conciliação do plano de gestão com resultados educacionais, em que se dá destaque aos direitos de aprendizagem e cumprimento das rotinas de fluxo das aulas, à consolidação de boas práticas e intervenções pedagógicas nos currículos de modo a subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos	212	21	Fortalecer a gestão democrática e participativa no órgão central, nos núcleos regionais de educação das unidades escolares da educação básica	PEE X APP2017	Promover o fortalecimento dos colégios escolares das unidades escolares da rede estadual	2961	Consolidar a Gestão Participativa das Unidades Escolares
--	-----	----	---	---------------	--	------	--



# DIÁRIO OFICIAL

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia

SALVADOR, SEXTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2016 - ANO C - Nº 21.999

## SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

### PORTARIA CONJUNTA N° 02 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

Institui o Grupo Técnico sobre Indicadores de Planejamento e Gestão Estratégica - IPGE, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO e o DIRETOR GERAL DA SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI, no uso de suas atribuições, e considerando o compromisso estabelecido no PPA 2016-2019 para implantação do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica - Sepege, com o aprimoramento dos seus processos, a integração das funções do Ciclo de Planejamento e o fortalecimento da dimensão territorial, da participação social e da atuação em rede.

#### RESOLVEM

Art. 1º - Instituir Grupo Técnico com a finalidade de prover os indicadores necessários aos processos do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica - Sepege, que tem como órgão central a Secretaria do Planejamento - Seplan.

Art. 2º - O grupo, a ser denominado Grupo Técnico de Indicadores de Planejamento e Gestão Estratégica (GT-IPGE), desenvolverá os trabalhos no quadriênio 2016-2019 e terá, dentre outras correlatas, as seguintes responsabilidades:

I - Selecionar, construir e revisar indicadores, em conjunto com a Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) e órgãos setoriais;

II - Estruturar e manter a base de dados de indicadores;

III - Elaborar boletins periódicos de estudo do comportamento de indicadores;

IV - Realizar, em parceria com a Universidade Coorporativa do Servidor da Seplan, capacitações sobre metodologia de construção de indicadores.

Art. 3º - O GT-IPGE é constituído por representantes da Superintendência de Planejamento Estratégico - SPE/Sepan, que o coordenará, da Superintendência de Monitoramento e Avaliação - SMA/Sepan e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, por intermédio da Diretoria de Indicadores e Estatística - DISTAT e da Diretoria de Pesquisas - DIPEQ, e será composto pelos seguintes servidores:

I - Pela Superintendência de Planejamento Estratégico - SPE/Sepan: Luiz Carlos Santana Filho, como coordenador do grupo, e Roberto Maximiano Pereira;

II - Pela Superintendência de Monitoramento e Avaliação - SMA/Sepan: Lenaldo Azevedo dos Santos;

III - Pela Diretoria de Indicadores e Estatística - DISTAT/SEI: Luis André de Aguiar Alves;

IV - Pela Diretoria de Pesquisas - DIPEQ/SEI: Guillermo Javier Pedreira Etkin.

Art. 4º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO LEÃO**  
Secretário do Planejamento

**ELIANA MARIA SANTOS BOAVENTURA**  
Diretora Geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SE

# PPA 2016-2019

## INDICADORES DE PROGRAMA

### REVISÃO 2018

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.  
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço <https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia>, digitando o código de autenticação: C4NUMWNDYY

SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO



**GT-IPGE** | Grupo Técnico sobre Indicadores de  
Planejamento e Gestão Estratégica



## NOTA SOBRE A REVISÃO

A primeira responsabilidade do GT-IPGE, dada pela sua portaria de instituição é "I - Selecionar, construir e revisar indicadores, em conjunto com a Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) e órgãos setoriais". Assim sendo, e se antecipando ao processo de Revisão do PPA Participativo 2016-2019, que teve início no dia 06 de junho, o GT-IPGE, em janeiro de 2017, iniciou o planejamento da revisão dos indicadores de programa junto às secretarias setoriais.

A metodologia de revisão consistiu na realização de reuniões de revisão por programa de governo, convidando as secretarias responsáveis pelos indicadores e com responsabilidade nos principais compromissos e metas do programa. Em sequência, convocações foram encaminhadas por email para os/as APG das secretarias, solicitando a participação dos setores envolvidos no programa. Acompanhando o email, fichas dos indicadores e orientações para preenchimento foram enviadas como anexo para serem devolvidas até um dia antes da reunião. Durante as reuniões, que ocorreram no Auditório da Seplan, foram distribuídos materiais de trabalho para os participantes, os quais compunham as fichas preenchidas pelas próprias setoriais, matriz programática (Programa, compromissos, metas e iniciativas), Lógica da intervenção etc.

As reuniões se iniciavam com uma breve apresentação sobre o GT-IPGE, abordando principalmente suas competências e composição, finalizando com abordagem sobre a metodologia de trabalho. Durante o processo, as fichas semipreenchidas foram apresentadas no telão para revisão dos seis atributos dos indicadores, exclusão ou inclusão de novo indicador. Além dos atributos principais, outras informações complementares foram preenchidas nas fichas dos indicadores. Cada atributo do indicador foi lido, revisado e validado pelos técnicos presentes na reunião Plenária. Ressalta-se que foi informado que os compromissos importantes não devem ficar sem indicador. Ao final da Plenária, as setoriais foram informadas que teriam sete dias para fazer a devolutiva das fichas validades, após o recebimento destas para todas as pessoas que assinaram a lista de presença. Foram orientados a validarem internamente em suas secretarias, com encaminhamento final para o GT-IPGE, copiando todas as pessoas que receberam as fichas após a Plenária.

As reuniões de revisão tiveram início em 15 de março, finalizando em 14 de julho. Foram 27 reuniões com as secretarias setoriais, uma por programa, com exceção dos programas 207, 210, 212 e 218 que ocorreram mais de uma vez. Todos os programas foram revisados e todas as secretarias participaram do processo de revisão. Ressalta-se que as Plenárias abordaram apenas os programas do Poder Executivo. Os indicadores dos outros poderes foram revisados a partir de demandas encaminhadas por email e discutidas nas reuniões da revisão geral do PPA, com membros dos outros poderes e as equipes da SPE - Superintendência de Planejamento Estratégico, que estavam tratando dos demais componentes do Plano.

A próxima seção contém as estatísticas da revisão de indicadores, por Programa, Poder, atributos dos indicadores e tipo de revisão (inclusão, descontinuidade, alteração, sem modificação), seguida da seção de revisão, que apresenta os indicadores com seus principais atributos, por tipo de revisão e o parecer do GT-IPGE.

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
<b>SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ</b>					
Percentual de atendimento às solicitações de hemocomponentes recebidas pela Fundação HEMOBA	Percentual	0,00	2015	SESAB/HEMOB A	(Número de hemocomponentes expedidos pela Rede Hemoba/Total de hemocomponentes solicitados à Fundação HEMOBA)*100
Cobertura vacinal de Pentavalente em menores de 01 ano	Percentual	91,51	2014	DATASUS/SI-PNI	(Nº de terceiras doses aplicadas de Pentavalente em menor de 1 ano de idade/População menor de 1 ano de idade)*100
Proporção de internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB)	Percentual	37,76	2015	SESAB	(Número de internações por causas sensíveis selecionadas à Atenção Básica/Total de internações clínicas)*100
Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	Percentual	83,70	2014	SIM/SESAB	(Número de óbitos não fetais com causa básica definida/Total de óbitos não fetais)*100
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	Percentual	54,97	2015	DATASUS/SINA SC	(Número de nascidos vivos de mães residentes na Bahia com sete ou mais consultas de pré-natal/Total de nascidos vivos de mães residentes na Bahia)*100
Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Unidade	1.434,00	2015	SINAN	Somatório de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos	Não se aplica	0,38	2015	SIA/IBGE	(Soma da freqüência do número de mamografias (procedimento 0204030188 - mamografia Bilateral para rastreamento) realizadas em mulheres residentes na faixa etária de 50 a 69 anos por ano de atendimento)/( População feminina na faixa etária de 50 a 69 anos, no mesmo local e ano/2)
<b>CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO</b>					
Participação de artigos indexados da Bahia no total de artigos indexados no Brasil	Percentual	3,45	2015	Base de Dados Web of	(Total de artigos indexados da Bahia/Total de artigos indexados no Brasil)*100
Participação percentual de Mestre e Doutores titulados na Bahia em grandes áreas selecionadas em relação ao Brasil	Percentual	2,86	2014	GEOCAPES/CA PES/MEC	(Total de mestres e doutores titulados na Bahia em grandes áreas selecionadas no ano/Total de mestres e doutores titulados no Brasil em grandes áreas selecionadas no ano)*100

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Índice de fiscalizações realizadas pelo IBAMETRO	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	SDE/IBAMETRO	(Número de fiscalizações realizadas pelo IBAMETRO no ano de aferição/Número de fiscalizações realizadas pelo IBAMETRO no ano de referência)*100
Índice de empresas ou instituições incubadas, instaladas em parques tecnológicos ou com projetos de pesquisa em inovação apoiados pelo Governo do Estado	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	SECTI	(Somatório de empresas incubadas em parques tecnológicos, empresas ou instituições instaladas em parques tecnológicos e empresas com projetos de pesquisa ou de inovação apoiados pelo Estado no ano de aferição/ Somatório de empresas incubadas em parques tecnológicos ou com projetos de pesquisa ou de inovação no ano de referência)*100
<b>CULTURA E IDENTIDADES</b>					
Índice da frequência de público em equipamentos culturais sob a responsabilidade do Estado	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	SECULT/APG	(Total de frequentadores de equipamentos culturais sob a responsabilidade do Estado no ano de aferição/Total de frequentadores de equipamentos culturais sob a responsabilidade do Estado no ano de referência)*100
Proporção de municípios assistidos tecnicamente pela Secult	Percentual	71,94	2014	SECULT/APG	(Número de municípios assistidos tecnicamente pela Secult/Total de municípios)*100
Índice de apoio às Culturas Populares e Identitárias	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	SECULT/APG	(Valor total investido no apoio às culturas populares e identitárias no ano de aferição/Valor total investido no apoio às culturas populares e identitárias no ano de referência)*100
<b>DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO</b>					
Índice de capacitação para o desenvolvimento das cadeias produtivas em Cultura	Percentual	100,00	2015	SECULT/SUPR OCULT	(Total de pessoas beneficiadas com consultoria e capacitação para o desenvolvimento das cadeias produtivas em Cultura no ano de aferição/Total de pessoas beneficiadas com consultoria e capacitação para o desenvolvimento das cadeias produtivas em Cultura no ano de referência)*100
Proporção de municípios conveniados com a Redesim	Percentual	10,55	2015	Sistema de Registro Mercantil	(Número de municípios com sistema implantado/Número de municípios do estado da Bahia)*100

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Número médio de dias para abertura de empresas na JUCEB	Dia	3,50	2015	Sistema de Registro Mercantil	Soma dos dias de tramitação de cada dos processos de abertura de empresa na Juceb / número total de processos de abertura de empresas na Juceb
Percentual de execução orçamentária da linha de crédito do Programa	Percentual	0,00	2015	Fiplan-BA	(Somatório dos recursos empenhados pela SEFAZ no âmbito do Programa no período vigente do PPA/Total dos recursos orçados pela SEFAZ no âmbito do Programa no período vigente do PPA)*100
Proporção de áreas industriais implantadas	Percentual	0,00	2015	SDE/SUDIC;CIS	(Nº de áreas implantadas pelo CIS + Nº de áreas implantadas pela SUDIC/ total de áreas planejadas para implantação)*100
Participação percentual dos empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte nas compras governamentais	Percentual	5,00	2015	SAEB/CCL	(Valor total das compras governamentais oriundas de empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte no ano / Valor total de compras governamentais do ano)*100

**INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**

Índice de pontos de acesso à banda larga	Percentual (índice base 100)	100,00	2015	ANATEL	(Acessos SCM acumulados em dezembro do ano de apuração/acessos SCM acumulados em dezembro de 2015)*100
Velocidade média contratada de enlaces da Infovia Digital da Bahia	Megabit por segundo	0,00	2015	SECTI/PRODEB	Total de Mbps ativos / pontos de acessos ativos
Participação percentual da capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis na capacidade instalada total de geração de energia elétrica do estado	Percentual	82,13	2015	ANEEL; SEINFRA	(Somatório da capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no estado, em MW / Capacidade instalada total de geração de energia elétrica no estado, em MW)*100
Índice de clientes consumindo gás natural	Percentual (índice base 100)	100,00	2015	BAHIAGÁS	(Número de clientes consumidores de gás natural no ano de aferição/Número de clientes consumidores de gás natural no ano de referência)*100
Desempenho operacional do sistema metroviário	Percentual	0,00	2015	SEDUR/CTB	(Somatório das Notas Parciais Mensais de Desempenho dos grupos de operação, segurança, satisfação do usuário e manutenção, no ano/12)*100

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
<b>PACTO PELA VIDA</b>					
Índice do número de Inquéritos Concluídos com Autoria	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	SSP/SGE-PCBA	(Total de Inquéritos (todos os delitos cadastrados no SGE) concluídos com autoria definida, no Estado, no ano de aferição/ Total de Inquéritos (todos os delitos cadastrados no SGE) concluídos com autoria definida, no Estado, no ano de referência)*100
Taxa de cobertura do Corpo de Bombeiros Militar	Percentual	51,49	2014	SSP/CBMBA; IBGE	(Somatório das populações dos municípios do estado cujas sedes distem em um raio de até 35km da sede do município onde existe uma unidade operacional do CBMBA/População do estado estimada para o ano)*100
Índice do número de apreensões de armas de fogo	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	SSP/SGE-PCBA	(Total de armas de fogo apreendidas no ano de aferição/Total de armas de fogo apreendidas no ano de referência)*100
Índice do número de laudos emitidos	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	SSP/DPT SIS-DPT	(Total de laudos periciais e informações técnicas emitidos pelo DPT, no Estado, no ano de aferição/Total de laudos periciais e informações técnicas emitidos pelo DPT, no Estado, no ano de referência)*100
Índice do número de vagas no sistema penitenciário	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	SEAP/SGP/CID	(Total de vagas no sistema penitenciário no ano de aferição/Total de vagas no sistema penitenciário no ano de referência)*100
Índice do número de atendimentos a pessoas que estão em situação de rua e fazem uso de SPAs	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	SJDHDS/SUPRAD	(Número de atendimentos a pessoas que estão em situação de rua e fazem uso de substâncias psicoativas (SPAs) no ano de aferição/ Número de atendimentos a pessoas que estão em situação de rua e fazem uso de substâncias psicoativas (SPAs) no ano de referência)*100

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.  
 Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia, digitando o código de autenticação: C4NUMWNDY.

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Índice do número de acolhimentos transitórios a pessoas que tem problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas (SPA) e estão em situação de vulnerabilidade social	Percentual (índice base 100)	100,00	2015	SJDHDS/SUPRAD	(Número de acolhimentos transitórios a pessoas que tem problemas relacionados ao uso de SPA e estão em situação de vulnerabilidade social no ano de aferição/Número de acolhimentos transitórios a pessoas que tem problemas relacionados ao uso de SPA e estão em situação de vulnerabilidade social no ano de referência)*100
Índice do número de adolescentes atendidos pelo Sistema Socioeducativo em meio fechado	Percentual (índice base 100)	100,00	2015	SJDHDS/FUNDAC/SINASE	(Número de adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo em meio fechado no ano de aferição/Número de adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo em meio fechado no ano de referência)*100
<b>DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</b>					
Número de famílias assentadas	Unidade	46.914,00	2015	MDA/INCRA	Somatório de famílias assentadas no estado
Proporção das compras do PNAE Estadual de produtos oriundos da agricultura familiar	Percentual	28,49	2015	SEC; SAEB	(Valor Total das compras do PNAE Estadual de produtos oriundos da agricultura familiar/Valor Total das compras do PNAE Estadual)*100
Índice do número de agricultores familiares com acesso a ATER	Percentual (índice base 100)	100,00	2015	SDR	(Número de agricultores familiares com acesso à ATER no ano de aferição/Número de agricultores familiares com acesso à ATER no ano de referência)*100
<b>MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE</b>					
Proporção de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade - APCB com estratégia de conservação implementada	Percentual	13,00	2015	INEMA/SEMA	(Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade com estratégia de conservação implementada / Total de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade)*100
Proporção de áreas de pequenos imóveis rurais cadastrados no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR)	Percentual	5,40	2015	INEMA/SEMA	(Somatório das áreas de pequenos imóveis rurais cadastrados pelo Estado)/(Somatório das áreas de pequenos imóveis cadastráveis pelo Estado)*100

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Proporção da implementação de instrumentos de gestão de Recursos Hídricos	Percentual	13,43	2015	INEMA/SEMA	((Número de instrumentos de gestão de recursos hídricos em fase de implementação e instalados (Planos de Bacia, Enquadramento, Cobrança de uso, Cadastro de usuários, Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), outorga, Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA))/Número de instrumentos de gestão de recursos hídricos geridos exclusivamente pelo Estado (16 Planos + 16 enquadramentos + 16 instrumentos de cobrança + 16 cadastros + PERH + outorga + SEIA))*100
Proporção de municípios acompanhados pelo programa Gestão Ambiental Compartilhada - GAC	Percentual	57,00	2015	SEMA	(Número de municípios acompanhados pelo programa GAC/Total de municípios)*100
Área total em restauração	Hectare	136.695,38	2015	SEMA/INEMA	Somatório das áreas de Preservação Permanente + Somatório das áreas de Reserva Legal, com passivo de restauração e Plano de Restauração cadastrados no CEFIR
Proporção dos instrumentos de Planejamento e Ordenamento Territorial Ambiental implementados	Percentual	55,00	2015	SEMA	((1 Zoneamento Ecológico Econômico x 0,4) + [(Somatório dos Planos de Bacias Hidrográficas concluídos/16) x 0,4] + (1 Zoneamento Ecológico Econômico Costeiros x 0,1) + (1 Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade x 0,1)} *100
Proporção de Lista de espécies ameaçadas e Planos de Ação concluídos	Percentual	50,00	2015	SEMA/INEMA/ ICMBio	((1 Lista de espécies x 0,5) + (Somatório dos Planos de ação x 0,5})*100
Proporção de Unidades de Conservação Estaduais com Planos de Manejo e Conselho Gestor ativo	Percentual	25,00	2015	INEMA	(Número de unidades de Conservação Estaduais com Planos de Manejo e Conselho Gestor ativo/ Total de Unidades de Conservação Estaduais)*100
Passivo de Processos de Fiscalização Ambiental	Unidade	4.148,00	2014	INEMA	(Passivo da linha de base "2010-2014"+ soma dos processos formados "2015-2019") - Soma dos processos finalizados "2015-2019"

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Passivo de Processos de Licenciamento Ambiental (exceto Atos Florestais, Atos Declaratórios e	Unidade	3.094,00	2014	INEMA	(Passivo da linha de base "2010-2014" + somatório dos processos formados "2015-2019") - somatório dos processos finalizados "2015-2019"
Número de caranguejos distribuídos para repovoamento	Unidade	1.476.000,00	2015	SEAGRI/Bahia Pesca	Somatório do número de caranguejos da espécie nativa Uçá distribuídos para repovoamento
Proporção de lagoas urbanas repovoadas com carpas prateadas na RMS	Percentual	0,00	2015	SEAGRI/Bahia Pesca	(Números de lagoas urbanas repovoadas com carpas prateadas na RMS/total de lagoas da RMS que necessitam de intervenção)*100
<b>BAHIA TRABALHO DECENTE</b>					
Participação percentual das colocações realizadas pelo SineBahia nas admissões do Caged	Percentual	6,80	2015	SETRE/SUDET/ COINSD	(Total de colocações registradas pelo Sinebahia no ano)/(Total de admissões registradas no Caged)*100
Proporção de municípios com unidades de serviço do SINEBAHIA implantada	Percentual	25,18	2014	SETRE	(Número de municípios com unidades de serviço do SINEBAHIA implantadas/Total de municípios)*100
Número de participações de pessoas em eventos de disseminação da Agenda do Trabalho Decente	Unidade	5.000,00	2015	SETRE/ABTD	Somatório de participações de pessoas nos eventos promovidos pela Agenda do Trabalho Decente no ano
<b>DESENVOLVIMENTO URBANO</b>					
Percentual de execução do Plano de requalificação urbana do Centro Antigo de Salvador	Percentual	0,00	2015	SEDUR/CONDE R	(Número de ações realizadas por grupos no CAS até o ano de aferição/Total de ações previstas no PPA 2016-2019)*100
Número de equipamentos de infraestrutura implantados	Unidade	0,00	2015	SEDUR/CONDE R	Somatório de equipamentos implantados no período acumulado do PPA
Percentual de áreas do frontispício revitalizadas	Percentual	0,00	2015	SEDUR/CONDE R	(Área recuperada do frontispício no limite do Centro Histórico de SSA / Área total do frontispício no limite do Centro Histórico)*100
Títulos de regularização fundiária emitidos para imóveis urbanos	Unidade	1.576,00	2015	SEDUR/SH	Somatório dos títulos urbanos de regularização fundiária emitidos
Número de Conselhos Municipais das Cidades	Unidade	13,00	2015	SEDUR	Somatório de Conselhos das Cidades existentes no ano de aferição

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Proporção de autuações em abordagens a veículos realizadas pelo Governo do Estado	Percentual	3,31	2015	SSP/COPPM	(Total de autuações em abordagens a veículos realizadas pelo Governo do Estado/Total de abordagens a veículos realizadas pelo Governo do Estado)*100
<b>TURISMO</b>					
Número de equipamentos requalificados até o ano de aferição	Unidade	0,00	2015	SEDUR/CONDE R	Somatório de equipamentos requalificados até o ano de aferição
Índice de ações promocionais efetuadas para divulgação do destino Bahia	Percentual (índice base 100)	100,00	2015	SETUR	(Total de ações promocionais efetuadas de divulgação destino Bahia no ano aferição/ Total de ações promocionais efetuadas de divulgação do destino Bahia no ano referência)*100
Número de pessoas qualificadas pelo programa, que atuam na área turística	Unidade	1.040,00	2015	SETUR	Somatório de pessoas qualificadas pelo programa que atuam na área turística
Índice do número de campanhas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes em destinos turísticos	Percentual (índice base 100)	100,00	2015	SETUR	(Total de campanhas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes em destinos turísticos no anos de aferição/Total de campanhas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes em destinos turísticos no anos de referência)*100
Proporção de municípios com base georreferenciada de interesse turístico	Percentual	0,00	2015	SETUR	(Número de municípios com base georreferenciada de interesse turístico/Total de municípios)*100
<b>MULHER CIDADÃ</b>					
Número de mulheres trabalhadoras rurais com acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	Unidade	0,00	2015	SDR	Somatório de mulheres trabalhadoras rurais com acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER
Proporção dos empreendimentos apoiados pela SPM, que são dirigidos por mulheres	Percentual	0,00	2015	SPM	(Somatório de empreendimentos apoiados pela SPM, que são dirigidos por mulheres/Total de empreendimentos apoiados pela SPM)*100
Número de organizações e organismos de políticas para mulheres apoiados	Unidade	0,00	2015	SPM	Somatório de organizações e organismos de políticas para mulheres apoiados
Numero de Kits de EPIs distribuídos	Unidade	81,00	2015	SEAGRI/Bahia Pesca	Somatório dos Kits de EPIs distribuídos

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Número de beneficiárias nas ações de assistência à mulher e de prevenção à violência	Unidade	0,00	2015	SPM	Somatório de beneficiárias nas ações de assistência à mulher e de prevenção à violência
<b>EDUCAR PARA TRANSFORMAR</b>					
Número de vagas do projeto Universidade para Todos para atendimento de estudantes da rede pública estadual	Unidade	22.600,00	2015	SEC/UPT/CMO	Somatório de vagas do projeto Universidade para Todos para atendimento de estudantes da rede pública estadual
Número de matrículas do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC) na rede estadual	Unidade	19.098,00	2015	SEC/IAT/DG	Somatório das matrículas do ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC) na rede estadual
Proporção de unidades escolares estaduais com Sistema de Bibliotecas Escolares implantado	Percentual	4,24	2015	SEC/SUPEC/DR IRE	(Número de unidade escolares estaduais com Sistema de Bibliotecas Escolares implantado/Total de unidade escolares da Rede Estadual)*100
Número de matrículas na Educação Profissional da rede estadual	Unidade	88.790,00	2015	SEC/Power BI/SGE	Somatório de matrículas na educação profissional da rede estadual
Número de cursos de graduação presencial regular ofertados pelas Universidades Estaduais	Unidade	237,00	2015	SEC/Universidades Estaduais da Bahia	Somatório dos cursos de graduação na modalidade presencial regular ofertados pelas Universidades Estaduais
Número de bolsas institucionais de iniciação científica, tecnológica e de inovação concedidas pelas universidades estaduais	Unidade	863,00	2015	SEC/Universidades Estaduais da Bahia	Somatório de bolsas institucionais de iniciação científica, tecnológica e de inovação concedidas pelas universidades estaduais, conforme edital do exercício em curso
Número de matrículas em cursos de graduação presencial	Unidade	50.383,00	2015	SEC/Universidades Estaduais da Bahia	Somatório das matrículas de alunos regulares no segundo semestre + somatório das matrículas dos alunos que concluíram no primeiro semestre nos cursos de graduação presencial, ofertados pelas quatro universidades estaduais da Bahia
Número de matrículas em cursos de graduação EAD de oferta regular e especial	Unidade	5.138,00	2015	SEC/Universidades Estaduais da Bahia	Somatório das matrículas de alunos regulares no segundo semestre + somatório das matrículas dos alunos que concluíram no primeiro semestre nos cursos de graduação EAD, de oferta regular e especial disponibilizados pelas quatro universidades estaduais da Bahia

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Taxa de aprovação no ensino fundamental dos anos finais da rede estadual de ensino	Percentual	68,80	2015	SEC; INEP/Censo da Educação Básica	[Alunos aprovados no ensino fundamental dos anos finais da rede estadual de ensino, no ano / (Alunos Aprovados + Alunos Reprovados + Alunos que abandonaram no ensino fundamental dos anos finais da rede estadual de ensino, no ano)]*100
Taxa de aprovação no ensino médio da rede estadual de ensino	Percentual	74,30	2015	SEC; INEP/Censo da Educação Básica	[Alunos Aprovados no ensino médio da rede estadual de ensino, no ano / (Alunos Aprovados + Alunos Reprovados + Alunos que abandonaram no ensino médio da rede estadual de ensino, no ano)]*100
Número de matrículas nos cursos de pós-graduação presencial nas modalidades Lato Sensu, ofertadas pelas universidades estaduais	Unidade	4.481,00	2015	SEC/Universidades Estaduais da Bahia	Somatório das matrículas efetuadas nos cursos de pós-graduação, Lato Sensu, ofertados pelas quatro universidades estaduais
Número de matrículas nos cursos de pós-graduação presencial nas modalidades Stricto Sensu, ofertadas pelas universidades estaduais	Unidade	3.781,00	2015	SEC/Universidades Estaduais da Bahia	Somatório das matrículas efetuadas nos cursos de pós-graduação, Stricto Sensu, ofertados pelas quatro universidades estaduais
<b>ÁGUA PARA TODOS</b>					
Proporção da população rural atendida com esgotamento sanitário adequado	Percentual	10,17	2015	CERB	(Número de pessoas em domicílios particulares permanentes rurais com esgotamento sanitário adequado por meio de ações do Governo do Estado / Total de pessoas em domicílios particulares permanentes rurais)*100
Proporção da população rural atendida com abastecimento de água	Percentual	53,45	2015	CERB	(Número de pessoas em domicílios particulares permanentes rurais com abastecimento de água por meio de ações do Governo do Estado / Total de pessoas em domicílios particulares permanentes rurais)*100
Proporção da população urbana atendida com esgotamento sanitário adequado	Percentual	34,46	2015	Embasa/SNIS; IBGE	(Número de pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com esgotamento sanitário adequado por meio de ações do Governo do Estado / Total de pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos)*100

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Proporção da população urbana atendida com abastecimento de água	Percentual	88,65	2015	Embasa/SNIS; IBGE	(Número de pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com abastecimento de água por meio de ações do Governo do Estado/Total de pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos)*100
Proporção de produtos aprovados do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	Percentual	0,00	2015	SEDUR/SGT	(Quantidade de produtos aprovados do Plano Estadual de Resíduos Sólidos /Quantidade total de produtos do Plano Estadual de Resíduos Sólidos)*100
Proporção de poços perfurados	Percentual	0,00	2015	SIHS	(Número de poços perfurados/Total de poços a serem perfurados)*100
Proporção da efetividade do atendimento a manifestações/reclamações dos usuários dos serviços de água e esgoto	Percentual	99,85	2015	SIHS/AGERSA	(Número de manifestações e/ou reclamações encerradas/ total de manifestações registradas no ano) * 100
<b>IGUALDADE RACIAL, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>					
Proporção de comunidades de fundo ou fecho de pasto certificadas	Percentual	31,33	2015	SEPROMI	(Número de comunidades de fundo ou fecho de pasto certificadas/Total de comunidades de fundo ou fecho de pasto identificadas)*100
Proporção de segmentos de povos e comunidades tradicionais mapeados	Percentual	12,50	2015	SEPROMI	(Número de segmentos de povos e comunidades tradicionais mapeados/Total de segmentos de povos e comunidades tradicionais)* 100
Proporção de municípios que receberam ações de apoio institucional e de fortalecimento da política de Promoção da Igualdade Racial	Percentual	28,53	2015	SEPROMI	(Somatório dos municípios que receberam ações de apoio institucional e de fortalecimento da política de Promoção da Igualdade Racial/Total de municípios)*100
Número de atendimentos de denúncias de casos de racismo e intolerância religiosa	Unidade	153,00	2015	SEPROMI/Centro de Referência Nelson Mandela	Somatório dos atendimentos das denúncias de casos de racismo e intolerância religiosa
Número de Planos de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental Sustentável - PLANSEAS elaborados para Povos e Comunidades Tradicionais	Unidade	8,00	2015	SEPROMI	Somatório de Planos de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental Sustentável - PLANSEAS elaborados para Povos e Comunidades Tradicionais
<b>CIDADANIA E DIREITOS</b>					

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Proporção de pessoas privadas de liberdade com acesso efetivos a atividades ressocializadoras	Percentual	23,88	2015	SEAP	(Número de presos no sistema penitenciário com acesso efetivos a atividades ressocializadoras/Total de presos no sistema penitenciário)*100
Proporção de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade apoiados	Percentual	51,08	2015	SJDHDS	(Número de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade apoiados/Total de municípios)*100
Proporção de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade apoiados	Percentual	23,26	2015	SJDHDS	(Número de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade apoiados/Total de municípios)*100
Taxa de cobertura do PROCON	Percentual	26,00	2015	PROCON; IBGE	(População de municípios com postos do PROCON implantados/População total)*100
Número de atendimentos de pessoas surdas pela Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais - CILBA	Unidade	0,00	2015	SJDHDS/SUDEF	Somatório de atendimentos de pessoas surdas pela Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais - CILBA
<b>VIDA MELHOR</b>					
Proporção de agricultores familiares que aderiram ao Programa Garantia Safra	Percentual	34,43	2014	SDR; IBGE	(Número de agricultores familiares que aderiram ao Programa Garantia Safra/Total de agricultores familiares)*100
Índice real da receita do artesanato	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	SETRE	(Receita do artesanato no ano de aferição/Receita do arresanato no ano de referência)*100
Índice real da renda oriunda das atividades produtivas apoiadas pelo	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	CASA CIVIL	(Renda real das atividades produtivas apoiadas pelo Programa Vida melhor no ano de aferição/Renda real das atividades produtivas apoiadas pelo Programa Vida melhor no ano de referência)*100
Número de Carteiras Nacionais do Artesão emitidas	Unidade	376,00	2015	SETRE	Somatório de Carteira Nacional do Artesão emitidas
Número de Prestações de Assistência Técnica Realizadas	Unidade	3.016,00	2015	Bahia Pesca; CAD CIDADÃO	Somatório das Prestações de Assistência Técnica realizadas

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Número de alevinos distribuídos	Unidade	14.577.960,00	2015	Bahia Pesca; CAD CIDADÃO	Somatório das quantidades de alevinos distribuídos em aguadas públicas, comunitárias e agricultores e aquicultores familiares
<b>ESPORTE E LAZER</b>					
Número de equipamentos de esporte e lazer construídos, ampliados ou recuperados	Unidade	10,00	2015	SETRE/SUDESB ; SEDUR	Somatório de equipamentos de esporte e lazer construídos, ampliados ou recuperados
Número de projetos beneficiados pelo Programa Fazatleta	Unidade	71,00	2015	SETRE	Somatório dos projetos beneficiados pelo Programa Fazatleta
Número de gestores públicos capacitados em gestão de esporte e lazer	Unidade	0,00	2015	SETRE	Somatório de gestores públicos capacitados em gestão de esporte e lazer
Número de Pessoas Atendidas no Esporte de Participação (comunitário)	Unidade	74.147,00	2015	SUDESB/SETRE	Somatório de pessoas atendidas no esporte de participação (comunitário)
Número de atletas e paratletas de alto rendimento apoiados	Unidade	0,00	2015	SUDESB/SETRE	Somatório de atletas e paratletas beneficiados diretamente pelo programa
Número de eventos esportivos de alto rendimento, promovidos e apoiados	Unidade	96,00	2015	SETRE/SUDESB	Somatório dos eventos esportivos de alto rendimento promovidos e apoiados
Número de municípios beneficiados pelo Programa Esporte e Lazer	Unidade	0,00	2015	SETRE/SUDESB	Somatório de municípios beneficiados pelo Programa
<b>GESTÃO PARTICIPATIVA</b>					
Nível de execução orçamentária do Poder Executivo Estadual	Percentual	86,74	2015	FIPLAN-BA/SEFAZ	(Total do Valor empenhado/(Total orçado final - Total do orçamento contingenciado))*100
Número de veículos de comunicação comunitários cadastrados como instrumentos de inclusão social	Unidade	0,00	2015	SECOM	Somatório dos veículos de comunicação comunitários cadastrados como instrumentos de inclusão social
Percentual da dívida ativa recuperada	Percentual	1,18	2015	SEFAZ	(Somatório da dívida ativa recuperada/Total da dívida ativa do ano corrente)*100
Proporção dos territórios de identidade com planos de desenvolvimento elaborados	Percentual	40,74	2015	DPT/SEPLAN	(Número de territórios de identidade com plano de desenvolvimento elaborado/Total de territórios de identidade)*100

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Proporção de municípios envolvidos em consórcios públicos multifinalitários	Percentual	46,28	2015	DPT/SEPLAN	(Número de municípios envolvidos em consórcios públicos multifinalitários/Total de municípios)*100
Nível de satisfação do cidadão na avaliação do atendimento na Rede SAC	Percentual	95,60	2015	SAEB	(Número de usuários do SAC pesquisados e satisfeitos/Total de usuários dos SAC pesquisados)*100
Índice do número de prestação de serviços online pelo DETRAN	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	SAEB	(Total de serviços online realizados pelo DETRAN no ano de aferição / Total de serviços online realizados pelo DETRAN no ano de referência)*100
Proporção de microrregiões com rede de prestadores PLANSERV suficiente	Percentual	57,00	2015	SAEB/PLANSER V	(Número de microrregiões com rede de prestadores PLANSERV suficiente no Estado da Bahia/Total de microrregiões existentes no Estado da Bahia)*100
Índice de Aprimoramento do ZEE	Percentual	0,00	2015	SEMA; SEPLAN	[0,20*(Marco Legal do Zoneamento Ecológico Econômico implantado) + 0,20*(Aperfeiçoamento do GEOBAHIA) + 0,20*(Execução dos Planejamentos Setoriais) + 0,15 *(Áreas Prioritárias pra Conservação da Biodiversidade) + 0,10 *(Painel Estadual de Indicadores Ambientais) + 0,10 *(Mapeamento da Cobertura Vegetal) + 0,05*(Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro)]*100
Índice de Consolidação dos Processos do SEPEGE	Percentual	0,00	2015	SEPLAN/APG	(Somatório das pontuações dos processos Elaborar Plano Estratégico, Elaborar Plano Plurianual, Revisar Plano Plurianual, Acompanhar Ação Governamental, Monitorar Programa do PPA, Realizar a Avaliação Inicial do PPA, Realizar Avaliação Anual de Desempenho de Programa do PPA, Elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Elaborar a Lei de Orçamento Anual e Modificar o Orçamento/Pontuação Máxima)* 100

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Índice de Provimento de Geoinformação para o Estado	Percentual	8,36	2015	SEI/DIGEO	0,80*Produção de geoinformação + 0,05*Disponibilização de geoinformação + 0,05*Consolidação da Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia + 0,05 *Disseminação da cultura de geoinformação + 0,05*Atualização de limites territoriais
Índice de Atualização de Limites Territoriais	Percentual	49,78	2015	SEI/DIGEO	0,20*Limites interestaduais + 0,60 *Limites intermunicipais + 0,20 *Limites interdistritais
Número índice da relação entre os gastos com medicamentos e o total de gastos do PLANSERV	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	SAEB/PLANSERV	$[(\text{Valor total de gastos do Planserv com medicamentos no ano de apuração}/\text{Valor total de gastos do Planserv no ano de apuração})/(\text{Valor total de gastos do Planserv com medicamentos no ano de referência}/\text{Valor total de gastos do Planserv no ano de referência})*100]$
<b>PRIMEIRO EMPREGO</b>					
Proporção de vagas preenchidas no setor privado pelo programa	Percentual	0,00	2015	SETRE/SIGPE	$(\text{Nº de vagas preenchidas por beneficiários do programa no setor privado / total de vagas disponibilizadas no setor privado para o programa})*100$
Proporção de vagas preenchidas no Programa Primeiro Emprego no setor público por egressos da rede de Educação Profissional Estadual, em relação as vagas disponibilizadas	Percentual	0,00	2015	SETRE/SIGPE	$(\text{Número de vagas preenchidas do Programa Primeiro Emprego no setor público por egressos da rede de Educação Profissional Estadual / Total de vagas disponibilizadas no setor público para o programa})*100$
Proporção de vagas preenchidas no terceiro setor vinculado à agricultura familiar	Percentual	0,00	2015	SETRE/SIGPE	$(\text{Número de vagas preenchidas por beneficiários no terceiro setor vinculado à agricultura familiar/Total de vagas disponibilizadas pelo programa no terceiro setor vinculado à agricultura familiar})*100$
Proporção de vagas preenchidas no Programa Primeiro Emprego no setor público por egressos da rede de Educação Profissional Estadual, em relação às vagas previstas	Percentual	0,00	2015	SETRE/SIGPE	$(\text{Número de vagas preenchidas do Programa Primeiro Emprego no setor público por egressos da rede de Educação Profissional Estadual / Total de vagas previstas no setor público para o programa})*100$
<b>FORTALECIMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA</b>					

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Número de campanhas publicitárias	Unidade	2,00	2015	ALBA	Somatório das campanhas publicitárias
Número de livros publicados	Unidade	20,00	2015	ALBA	Somatório de livros publicados
Número de inserções em blogs de internet	Unidade	150,00	2015	ALBA	Somatório de inserções em blogs de internet
Número de propagandas veiculadas em rádio	Unidade	250,00	2015	ALBA	Somatório de propagandas veiculadas em rádio
Número de eventos realizados	Unidade	50,00	2015	ALBA	Somatório de eventos realizados
<b>AUDITORIA, DECISÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO ESTADUAL</b>					
Proporção de prestação de contas da administração pública estadual julgadas tempestivamente pelo TCE/BA	Percentual	70,00	2015	TCE/BA	(Número de prestações de contas julgadas tempestivamente/Total de prestações de contas da administração pública estadual)*100
Número de auditorias operacionais realizadas	Unidade	15,00	2015	TCE/BA	Somatório das auditorias operacionais realizadas
Número de auditorias de conformidade realizadas	Unidade	40,00	2015	TCE/BA	Somatório das auditorias de conformidade realizadas
<b>APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E SUPORTE INSTITUCIONAL</b>					
Percentual de implementação da política de Gestão de Pessoas	Percentual	5,00	2015	TCE/BA	(Número de ações implementadas/total de ações previstas)*100
Proporção de servidores capacitados	Percentual	50,00	2014	TCE/BA	(Número de servidores capacitados/total de servidores)*100
Percentual de implementação de processos eletrônicos de atos de pessoal, autuados a partir de janeiro de 2016	Percentual	0,00	2015	TCE/BA	(Número de processos eletrônicos de atos de pessoal implementados/Total de processos de atos de pessoal)*100
Percentual de implementação de processos eletrônicos de prestação de contas, autuados a partir de janeiro de 2016	Percentual	0,00	2015	TCE/BA	(Número de processos eletrônicos de prestação de contas implementados/Total de processos de atos de pessoal)*100
<b>APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS</b>					
Proporção de contas públicas municipais aprovadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios	Percentual	83,63	2014	TCM/BA	(Número de contas aprovadas/Total de contas públicas municipais)*100
<b>JUSTIÇA PRESENTE</b>					

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Proporção de municípios com acesso à justiça	Percentual	57,00	2015	TJ/BA	(Número de municípios atendidos/Total de municípios do Estado da Bahia)*100
Proporção de efetividade das audiências de conciliação realizadas no 1º grau	Percentual	0,00	2015	TJ/BA	(Número de acordos firmados/Total de audiências realizadas)*100
Proporção de efetividade nas audiências de conciliação realizadas nos Juizados	Percentual	0,00	2015	TJ/BA	(Número de acordos firmados/Total de audiências realizadas)*100
Proporção de processos de trabalho mapeados e otimizados	Percentual	0,00	2015	TJ/BA	(Número de rabalhos mapeados e otimizados/ Total de unidades)*100
Índice do número de magistrados e servidores do TJ em ações de capacitação direcionadas a execução de estratégia	Percentual (Índice base 100)	100,00	2015	TJ/BA	(Total de magistrados e servidores do TJ em ações de capacitação direcionadas a execução de estratégia no ano de referência /Total de magistrados e servidores do TJ em ações de capacitação direcionadas a execução de estratégia no ano de referência)*100
Proporção de Orçamento Estratégico do Poder Judiciário	Percentual	0,00	2015	TJ/BA	(Valor disponibilizado para as ações estratégicas/Orçamento total)*100
<b>PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA</b>					
Número de escolas fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	Unidade	201,00	2014	MPE/BA	Somatório de escolas fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano
Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto de promoção da igualdade racial, enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa implementado	Percentual	0,00	2015	MPE/BA	(Número de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto de promoção da igualdade racial, enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa implementado/Total de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia)*100
Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com acesso ao sistema de informações sobre mulheres vítimas de violência atendidas	Percentual	0,00	2015	MPE/BA	(Número de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com acesso ao sistema de informações sobre mulheres vítimas de violência atendidas/Total de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia)*100

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Número de atendimentos para regularização de registro civil realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	Unidade	4.200,00	2014	MPE/BA	Somatório de atendimentos para regularização de registro civil realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano
Número de atendimentos para promoção da paternidade responsável realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	Unidade	4.940,00	2014	MPE/BA	Somatório de atendimentos para promoção da paternidade responsável realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano
Número de atendimentos ao público em comunidades realizados pela área de segurança pública e defesa social do Ministério Público do Estado da Bahia por ano	Unidade	1.800,00	2014	MPE/BA	Somatório de atendimentos ao público em comunidades realizados pela área de segurança pública e defesa social do Ministério Público do Estado da Bahia por ano
Número de inquéritos policiais analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia por ano	Unidade	20.000,00	2014	MPE/BA	Somatório de inquéritos policiais analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia por ano
Número de processos sobre drogas analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia, por ano	Unidade	1.100,00	2014	MPE/BA	Somatório de processos sobre drogas analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia, por ano
Número de processos relacionados a Crimes de violência doméstica contra mulheres analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia, por ano	Unidade	1.800,00	2014	MPE/BA	Somatório de processos relacionados a Crimes de violência doméstica contra mulheres analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia, por ano
Número de atendimentos na área de defesa do acesso à saúde realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	Unidade	3.630,00	2014	MPE/BA	Somatório de atendimentos na área de defesa do acesso à saúde realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano
Número de Unidades de Atenção Básica à Saúde fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	Unidade	47,00	2014	MPE/BA	Somatório de Unidades de Atenção Básica à Saúde fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.  
 Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço <https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia>, digitando o código de autenticação: C4NUMWNNDYY

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Número de municípios com portais de transparência dos poderes executivo e legislativo municipais fiscalizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	Unidade	74,00	2014	MPE/BA	Somatório de municípios com portais de transparência dos poderes executivo e legislativo municipais fiscalizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano
Número de atendimentos para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	Unidade	1.092,00	2014	MPE/BA	Somatório de atendimentos para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano
Número de atividades periciais para proteção e defesa do meio ambiente realizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	Unidade	450,00	2014	MPE/BA	Somatório de atividades periciais para proteção e defesa do meio ambiente realizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano
Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto de acompanhamento da qualidade da telefonia e internet implementada	Percentual	0,00	2015	MPE/BA	(Número de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto de acompanhamento da qualidade da telefonia e internet implementada/Total de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia)*100
<b>MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>					
Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto de humanização implementado	Percentual	0,00	2015	MPE/BA	(Número de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto de humanização implementado/Total de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia)*100
Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto de acompanhamento de conselhos, representações e unidades colegiadas implementado	Percentual	0,00	2015	MPE/BA	(Número de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto de acompanhamento de conselhos, representações e unidades colegiadas implementado/Total de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia)*100
Percentual de municípios do Estado da Bahia com ação desenvolvida para fomento à implantação de ouvidorias	Percentual	0,00	2015	MPE/BA	(Número de municípios do Estado da Bahia com ação desenvolvida para fomento à implantação de ouvidorias/Total de municípios do Estado da Bahia)*100

Este documento foi assinado eletronicamente. As assinaturas realizadas estão listadas em sua última página.  
Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço <https://www.tce.ba.gov.br/authenticacaocopia>, digitando o código de autenticação: C4NJMWNDYY

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Quantidade de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com execução orçamentária descentralizada implementada	Unidade	6,00	2014	MPE/BA	Somatório de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com execução orçamentária descentralizada implementada
Número de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com programa de inteligência e estruturação para segurança institucional, Promotoria Segura, implementado	Unidade	1,00	2014	MPE/BA	Somatório de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com programa de inteligência e estruturação para segurança institucional, Promotoria Segura, implementado
Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com gestão eletrônica de documentos implementada	Percentual	1,00	2014	MPE/BA	(Número de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com gestão eletrônica de documentos implementada/Total de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia)*100
Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto para acessibilidade implementado	Percentual	1,00	2014	MPE/BA	(Número de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto para acessibilidade implementado/Total de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia)*100
Número de ações correcionais em órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia realizadas	Unidade	250,00	2014	MPE/BA	Número de ações correcionais em órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia realizadas
<b>PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A DEFESA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DOS CIDADÃOS</b>					
Índice de atendimento anual da Defensoria Pública	Percentual (Índice base 100)	100,00	2014	DPE/BA	(Número de atendimentos no ano de aferição/número de atendimentos no ano de referência)*100
Proporção de territórios de identidade com atendimento da Defensoria Pública	Percentual	63,00	2014	DPE/BA	(Número de Territórios de Identidade com atendimento da Defensoria Pública/Total de Territórios de Identidade)*100
Proporção de servidores da Defensoria Pública com pelo menos uma capacitação	Percentual	71,00	2014	DPE/BA	(Número de servidores da Defensoria Pública com pelo menos uma capacitação/Total de servidores da Defensoria Pública)*100

**Indicadores de Programa - PPA 2016-2019 - Revisão 2018**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Fonte	Fórmula de Cálculo
		Valor	Ano		
Índice de mediações realizadas pela Defensoria Pública Família	Percentual (Índice base 100)	100,00	2014	DPE/BA	(Número de mediações e conciliações realizadas pela DP Família no ano de aferição)/(Número de mediações e conciliações realizadas pela DP Família no ano de referência)*100

## **Quadro de Assinaturas**

Este documento foi assinado eletronicamente por:

Gabriel Peregrino Martins

Servidor da GEPRO - Assinado em 17/04/2018



Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço <https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia>, digitando o código de autenticação: C4NJMWNDYY